



## **03 DE AGOSTO DE 2015**

### **Segunda-feira**

- TOYOTA INICIA CONTRATAÇÕES PARA FÁBRICA DE PORTO FELIZ
- PARA ABIMAO, TAXA SELIC ESTÁ PORNOGRAFICAMENTE ALTA
- SCHULZ LEILOA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
- MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS FECHA 30 MIL VAGAS EM 1 ANO
- NOTA FISCAL PARANAENSE SERÁ LANÇADA NESTA SEGUNDA-FEIRA (3)
- MESMO COM CRISE, MONTADORAS JÁ ANUNCIARAM R\$ 9 BI EM INVESTIMENTOS
- COMÉRCIO E SERVIÇOS DEVEM CORTAR VAGAS FORMAIS
- ECONOMIA BRASILEIRA ENFRENTA A RECESSÃO MAIS LONGA DESDE A ERA COLLOR
- WEG QUER DOBRAR PARTICIPAÇÃO NO MERCADO EM TURBINAS EÓLICAS
- BRASIL DEVE PERDER 1 MILHÃO DE POSTOS DE TRABALHO EM 2015, PREVÊ ESTUDO
- VENDAS DE VEÍCULOS NOVOS CAEM 22,4% EM JULHO
- MERCEDES SUSPENDE PRODUÇÃO PELA 2ª VEZ EM 20 DIAS
- INDÚSTRIA SE PREPARA PARA VOLTAR A EXPORTAR
- MANUFATURA SEM PAPEL É TENDÊNCIA NA INDÚSTRIA 4.0
- HONDA DIZ QUE NOVA FÁBRICA NO BRASIL INICIARÁ PRODUÇÃO DEPOIS DO ESPERADO
- RESULTADO DA HONDA CRESCE 16,4% NO 1º TRIMESTRE FISCAL
- ECONOMIA TERÁ RETRAÇÃO DE 1,80% EM 2015, DIZ A PESQUISA FOCUS
- IMPORTADORA DE MAN E VWCO INVESTE R\$ 100 MILHÕES EM SEDE NO CHILE
- BMW PODE SE JUNTAR À APPLE PARA PRODUIR CARROS ELÉTRICOS
- VENDA DE MINA DE US\$ 600 MI POR US\$ 1 MOSTRA RUÍNA DO CARVÃO

- **FOCUS PIORA ESTIMATIVA PARA PIB E INFLAÇÃO EM 2015**
- **COMO SEPARAR SUA EMPRESA DE SUA VIDA FINANCEIRA PESSOAL?**
- **BANCO DO BRASIL ANTECIPA LINHA DE 13º SALÁRIO PARA MICROEMPRESAS**
- **PELA 1ª VEZ, FINANCIAMENTO DE CARRO USADO 'JOVEM' ULTRAPASSA O DE ZERO**
- **CONSUMIDOR TERÁ DE DESEMBOLSAR R\$ 5,50 A MAIS A CADA 100kW USADOS**
- **MP COBRA QUE CSN CUMPRA ACORDO AMBIENTAL COM INSTITUTO CHICO MENDES**
- **MINERADORA VENDE PARTICIPAÇÃO NA MBR POR R\$ 4 BILHÕES**
- **AUMENTO DA TRIBUTAÇÃO DIRETA: O CAMINHO PARA UM BRASIL MENOS DESIGUAL**
- **'A DILMA TEM DE ENFRENTAR O PANELACO QUE LHE CABE'**
- **INDÚSTRIA ACREDITA TER TOCADO FUNDO DO POÇO, MAS AINDA NÃO VÊ REAÇÃO**
- **PARANÁ – DECRETO Nº 1.933/2015 – CADASTRO INFORMATIVO ESTADUAL - CADIN**

<b>CÂMBIO EM 03/08/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,442	3,443
<b>Euro</b>	3,773	3,774

Fonte: BACEN

### **Toyota inicia contratações para fábrica de Porto Feliz**

03/08/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

A Toyota trabalha para iniciar as operações da fábrica de motores de Porto Feliz (SP), que será responsável pela produção dos motores 1.3L e 1.5L do Etios, no primeiro semestre de 2016. Na semana passada, a montadora iniciou o processo de contratação de funcionários para a nova unidade e também para a expansão da fábrica de Sorocaba.

Ao todo serão contratados 500 colaboradores (veja como se candidatar às vagas no final desta matéria) para as duas unidades industriais. Para as futuras instalações de Porto Feliz são cerca de 180 vagas, nas mais diversas áreas de atuação.

Já a planta de Sorocaba, que produz o modelo Etios nas versões hatchback e sedã, também terá aumento em seu quadro, devido ao incremento da capacidade produtiva, que passará das atuais 74 mil para 108 mil unidades por ano.

“É com muito orgulho que a Toyota, respaldada pela sua visão de negócios com foco na sustentabilidade das operações, demonstra o compromisso com o Brasil, ao criar novas oportunidades de trabalho”, disse Steve St. Angelo, CEO para América Latina e Caribe e Chairman da Toyota do Brasil.

“Compromisso este que é complementado pelos recentes investimentos já realizados para desenvolvimento da produção local e aprimoramento da qualidade dos veículos da marca”.

**Fábrica de Porto Feliz** - Construída em um terreno de 872.500 m<sup>2</sup>, a nova fábrica da Toyota receberá investimentos na ordem de R\$ 1 bilhão. De acordo com a montadora, as operações em Porto Feliz começam no primeiro semestre de 2016, com produção inicial de 108 mil motores anualmente.

A localização da unidade foi pensada para facilitar a operação logística da Toyota, uma vez que os motores produzidos em Porto Feliz abastecerão a planta de Sorocaba, localizada a cerca de 30 km de distância.

**Fábrica de Sorocaba** - Localizada no km 92 da Rodovia Castelo Branco, a terceira planta da Toyota no Brasil foi inaugurada em setembro de 2012 e ocupa área de 3,7 milhões m<sup>2</sup>.

A fábrica é responsável pela produção do compacto Etios, nas versões hatchback e sedã, fruto do investimento total de US\$ 600 milhões. Atualmente, emprega 1.724 funcionários diretos e indiretos.

**VAGAS** - Além das 500 vagas oferecidas para as unidades de Porto Feliz e Sorocaba, a Toyota também tem vagas em aberto em suas duas outras unidades instaladas no Brasil, as de Indaiatuba e São Bernardo do Campo. As vagas disponíveis podem ser consultadas no site da Toyota no Brasil - [www.toyota.com.br](http://www.toyota.com.br), na seção “Trabalhe Conosco”.

## Para Abimaq, taxa Selic está pornograficamente alta

03/08/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

Carlos Pastoriza, presidente da Abimaq, fez um desabafo durante a coletiva de imprensa realizada na semana passada para apresentar o balanço da indústria de máquinas e equipamentos no primeiro semestre - setor que caminha para o terceiro ano de queda consecutiva no volume de negócios.

O evento foi realizado simultaneamente à reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) que decidiria pela alta em 0,5% da taxa Selic - fato já dado como certo mesmo antes da reunião.

Após a apresentação dos dados do setor, Pastoriza fez algumas considerações sobre a tendência de redução da taxa de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2015, “já irrisoriamente baixa, num país que precisa aumentar o investimento tanto publico como privado”, disse, acrescentando que naquele momento “o que nos preocupa mais são os rumos que o governo está tomando”.

“Hoje, enquanto estamos aqui reunidos, está sendo realizada a reunião do Copom, em Brasília, para deliberar sobre os caminhos da Selic. Há conversas de que pode aumentar em até mais meio ponto, indo a 14,25%. É uma taxa nominal básica pornograficamente

alta. Não existe paralelo no mundo”, disse, lembrando que nos Estados Unidos e em outros países do Hemisfério Norte trabalha-se com taxas próximas de zero.

“O caminho que a Selic está seguindo tem provocado várias distorções. A principal delas é que calcina a maioria dos projetos de investimento, pois não existe investimento que pague 14,25% ao ano - com risco zero e sem que seja preciso mover uma palha”, afirmou.

“No exterior, para investimentos igualmente seguros, não se consegue mais do que 0,5% ao ano. E aí outra distorção: como um país que se diz ‘grau de investimento’ pode ser obrigado a pagar 30 vezes mais [para financiar a sua dívida] do que um país com grau de investimento do Hemisfério Norte...

Com essa taxa, acaba atraindo capital especulativo que faz com que o câmbio não chegue ao seu ponto de equilíbrio [para a indústria de transformação], mantendo o dólar artificialmente baixo, reforçado pelos swaps cambiais que o governo ainda continua rolando”.

Na opinião de Pastoriza, esses fatos levam o País a uma recessão muito maior “do que se estivesse fazendo o ajuste fiscal com o corte de gastos do governo e não aumentando impostos sobre as famílias e empresas”.

O dirigente afirmou que, “quando o governo anuncia que está contingenciando não sei quantos milhões de dólares, dá a impressão de que vai gastar menos. Porém, o gasto será menor apenas em relação ao orçamento e o orçamento para 2015 é substancialmente maior do que o efetivamente gasto em 2014”.

Para o presidente da Abimaq, austeridade real seria gastar menos em 2015 do que se gastou em 2014 e não menos do que se projetou.

“Contingenciamento real não existe. Tanto que no primeiro semestre de 2015 se gastou mais do que mesmo período do ano passado”, frisou.

“Se o governo, com o ajuste fiscal, fizesse um esforço para enxugar seus gastos e não aumentasse os impostos, estaria, por exemplo, ajudando as empresas a ser mais competitivas e a exportar. Da maneira como está sendo feito só está contribuindo para aprofundar a recessão”.

Sobre a reunião do Copom, a entidade divulgou a seguinte nota:

#### **“NOTA - Reunião do Copom**

Como se sabe, o Copom - Comitê de Política Monetária do Banco Central reunir-se-á em 29/07/15 e rumores dão conta de que, mais uma vez, deverá haver aumento da taxa básica de juros, a Selic.

Neste contexto, na qualidade de entidades representativas do setor fabricante de máquinas e equipamentos, que representa cerca de 7,5 mil empresas em todo o território nacional, vimos consignar a nossa manifestação de REPÚDIO à possível elevação da Selic.

No atual cenário, a alta dos juros significa mais um duro golpe e uma verdadeira catástrofe para o já combalido setor produtivo, justamente em um momento que o país necessita de mais e não menos investimentos, para que a economia brasileira possa dar sinais de retomada e evitar um mergulho na recessão, com consequente fechamento de centenas de milhares de postos de trabalho.

Estamos convictos de que há outros mecanismos para combater a inflação, enquanto o aumento da Selic, além de considerarmos não ser o instrumento mais eficaz, traz efeitos colaterais extremamente danosos, e talvez irreversíveis, para o setor produtivo, justamente em um momento que o país tanto necessita dar respostas para não perder as conquistas sociais obtidas ao longo dos últimos anos.

**Carlos Pastoriza, presidente - Conselho de Administração da Abimaq / Sindimaq"**

## Schulz leiloa máquinas e equipamentos industriais

03/08/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

Em processo de renovação de seu parque fabril, a Schulz - fabricante de compressores de ar e fornecedora de peças fundidas, brutas e usinadas para ônibus, caminhões, tratores e outros segmentos - irá leiloar parte de seus ativos.

São diversas máquinas, peças e equipamentos industriais. Ao todo são 232 lotes localizados em Joinville (SC), que incluem furadeiras, bomba hidráulica, estufa de secagem, fresadoras, tornos, compressores, manipuladores pneumáticos, entre outros.

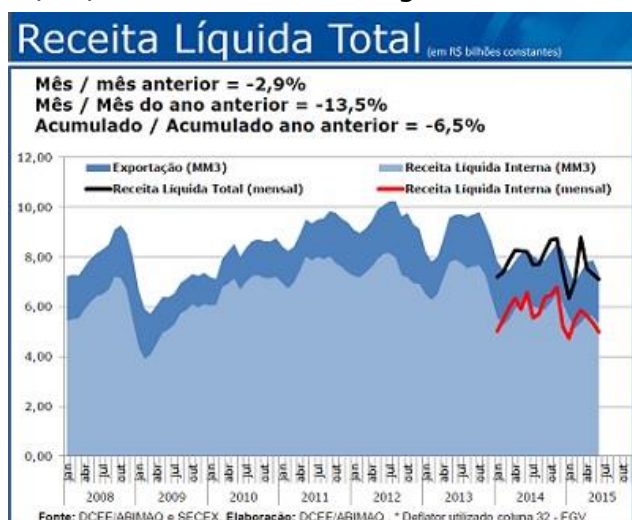
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram e, portanto, sem garantia. As fotos e descrições completas dos lotes estão disponíveis no site da Superbid.

Os interessados podem participar de duas formas: on-line no site [www.superbid.net](http://www.superbid.net); ou presencial no auditório da Superbid (Alameda Lorena, 800, 2º - São Paulo). A fase presencial terá início no dia 14 de agosto, a partir das 11 h.

Mais informações: 11 4950-9400 - [cac@superbid.net](mailto:cac@superbid.net).

## Máquinas e equipamentos fecha 30 mil vagas em 1 ano

03/08/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



Desde junho de 2013, o número de funcionários do setor de bens de capital mecânicos vem sofrendo seguidas baixas. Em fevereiro de 2015, o site Usinagem-Brasil publicou matéria informando que entre fevereiro de 2014 e janeiro de 2015 o setor de máquinas e equipamentos havia fechado 12 mil postos de trabalho.

Novo levantamento mostra que esse número praticamente triplicou, superando a marca de 30 mil vagas fechadas: ao final de junho de 2015 o setor contabilizava 337 mil funcionários contra cerca de 368 mil em junho de 2014.

De acordo com a Abimaq, o comportamento do emprego no setor está acompanhando o desempenho da receita líquida, que registrou queda de 6,5% no primeiro semestre de 2015 se comparado ao mesmo período do ano anterior. Na comparação de junho de 2015 com junho de 2014 a queda é de 13,5%.

“A queda observada nos últimos meses no mercado interno combinada com exportações muito aquém do estimado, indicam para 2015 a terceira queda consecutiva da receita líquida de vendas da indústria de bens de capital mecânicos”, informa a entidade, frisando que em 2013 o setor teve retração de 5% e, em 2014, de 12%.

Ainda segundo o balanço da Abimaq, em junho de 2015 o setor utilizou 65% de sua capacidade instalada, 37% abaixo do índice registrado em junho de 2014. A carteira de pedidos registrou queda de 17% na comparação com junho de 2014 e acumula queda de 20% no ano.

### **Nota fiscal paranaense será lançada nesta segunda-feira (3)**

03/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O programa Nota Paraná, que visa incentivar o consumidor a pedir nota fiscal sempre que efetuar uma compra, será lançado oficialmente nesta segunda-feira (3), às 11 horas, pelo governador Beto Richa, no Palácio Iguazu. O objetivo é ampliar a base de contribuição e, por consequência, aumentar a arrecadação e reduzir a sonegação.

Como incentivo ao cidadão, o programa prevê que o valor correspondente a 30% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que cada estabelecimento tenha efetivamente recolhido ao governo do estado será devolvido aos contribuintes na forma de crédito.

Em maio, quando lançou medidas de ajuste fiscal para enfrentar a crise, entre elas a nota fiscal paranaense, o governo informou que o consumidor poderia solicitar que o valor do crédito fosse depositado em conta corrente ou poupança de sua titularidade. Outra opção seria utilizar os créditos para reduzir o valor do débito do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício seguinte.

#### **Nota eletrônica**

A emissão da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) passou a ser obrigatória no último sábado (1º) para mais um grupo de varejistas do Paraná. Bares, restaurantes, lanchonetes e similares, lojas de instrumentos musicais, livrarias, óticas, lojas de armas, munições e fogos de artifício devem substituir o cupom fiscal e a nota fiscal de venda ao consumidor de papel pelo novo documento, que tem existência apenas digital e é emitido e armazenado eletronicamente.

A regra já vale para postos de combustíveis desde o dia 1º de julho. De acordo com o cronograma da Receita Estadual, a adesão de todas as empresas do estado deverá acontecer até janeiro de 2016.

No começo de setembro, a NFC-e se torna obrigatória para lojas de automóveis, calçados, tecidos, bijuterias e outros.

Em outubro, vence o prazo para padarias, relojarias, suprimentos de informática, iluminação e comércio de produtos usados. Na sequência, em novembro, encerra o prazo para vestuário e material de construção.

Em dezembro, será a vez das lojas de departamento, de conveniência, brinquedos e tabacarias, entre outras.

E em janeiro de 2016, supermercados, açougues e farmácia vão adotar a NFC-e. A medida abrange 203 mil estabelecimentos. Estão liberados da exigência apenas os microempreendedores Individuais.

## Mesmo com crise, montadoras já anunciaram R\$ 9 bi em investimentos

03/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Mesmo diante de uma das piores crises vividas pela indústria automobilística brasileira, que leva a produção ao menor nível dos últimos nove anos e as vendas ao pior resultado desde 2007, as montadoras continuam investindo no país.

Só nas últimas duas semanas, três fabricantes anunciaram investimentos que totalizam R\$ 7 bilhões. Se somados a aportes divulgados desde janeiro, os investimentos anunciados em 2015 chegam próximo de R\$ 9 bilhões.

São recursos destinados principalmente a centros de pesquisa e aumento do índice de nacionalização, além de novas famílias de veículos e linhas de montagem.

A maior parte desse volume de investimentos vem do anúncio feito na última quarta-feira (29) pela General Motors (GM). A montadora americana vai investir R\$ 6,5 bilhões no desenvolvimento de uma nova linha de veículos no país, com seis modelos, que só devem começar a ser produzidos em 2019.

O aporte faz parte do investimento global de US\$ 5 bilhões (cerca de R\$ 16 milhões) que a marca está fazendo, em parceria com uma estatal chinesa, para desenvolver carros compactos em quatro mercados emergentes: Brasil, Índia, China e México. Com o montante, a GM dobrou os investimentos no país até 2019 para R\$ 13 bilhões.

### ***Economia brasileira enfrenta a recessão mais longa desde a era Collor***

Desde o início dos anos 90 o país não reagia de forma tão lenta a uma crise como hoje. Causas internas e turbilhão na política ligam os dois períodos.

Outro anúncio feito nas últimas semanas foi da Hyundai. No último dia 23 de julho, a montadora coreana informou estar investindo R\$ 100 milhões na construção de um centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na fábrica de Piracicaba (SP).

O objetivo do empreendimento será, inicialmente, a construção de motores biocombustível (flex) para equipar os automóveis produzidos pela empresa no Brasil.

Na mesma semana, a montadora chinesa Chery também anunciou que vai investir R\$ 400 milhões na construção da terceira linha de montagem na fábrica de Jacareí (SP), destinada à produção do SUV Tiggo 5.

## ***Inovar-Auto***

Analistas ressaltam que os investimentos das montadoras no Brasil em 2015 são estimulados principalmente pelo Inovar-Auto, regime automotivo que cobra maior eficiência de motores em troca de incentivos fiscais, como nos casos da Hyundai em Piracicaba e da Volkswagen, que está investindo R\$ 460 milhões para desenvolvimento de uma nova tecnologia de motores turbos em São Carlos (SP).

Também este ano, Peugeot Citroën (R\$ 177 milhões) e Iveco (R\$ 650 milhões) anunciaram investimentos nesse sentido. Também pesam para essa decisão em 2015, mas em menor grau, o ciclo natural de atualização de produtos, expectativa de recuperação do mercado nacional em médio e longo prazos.

“Os investimentos anunciados nos últimos anos pela Audi, da BMW e da Mercedes-Benz, que estão construindo fábrica no Brasil, também são por conta do Inovar-Auto”, lembra Julian Semple, consultor da Carcon Automotive.

Ele destaca que, na indústria automotiva, os investimentos são sempre de longo prazo, como costumam reforçar executivos do setor durante os anúncios. “Entendemos que o país enfrenta problemas econômicos e políticos, mas nossa decisão olha para o futuro e continuamos vendo forte potencial no Brasil”, afirmou o presidente mundial da GM, Dan Ammann, durante anúncio do investimento de R\$ 6,5 bilhões.

## ***Expansão natural***

O economista Rodrigo Baggi, da Tendências Consultoria Integrada, resalta que os investimentos anunciados neste ano estão associados ao ritmo de expansão natural das empresas. “A maioria não é de ampliação de capacidade. Anúncios de grandes investimentos nesse sentido estancaram por volta de 2013”, lembrou.

Segundo ele, a maioria das montadoras só deve voltar a investir nesse sentido em longo prazo, pois, pelos cálculos dele, a atual capacidade instalada é suficiente para produção durante os próximos oito anos. “Ou seja, se o mercado bombasse de hoje para amanhã, as montadoras estariam tranquilas”, disse o economista. Estima-se que, atualmente, as fábricas operam com 50% a 60% da capacidade instalada no país.

Para o presidente da Anfavea, Luiz Moan, os aportes já anunciados neste ano são “extremamente relevantes” e comprovam que as montadoras investem sempre pensando em médio e longo prazos. Ele lembrou projeções da Anfavea de que o mercado brasileiro consumidor de veículos deve praticamente dobrar até 2034, atingindo 6,9 milhões de unidades.

“Esse é o horizonte que as montadoras trabalham”, afirmou. Moan ressaltou ainda que os aportes em aumento do conteúdo nacional para atender ao Inovar-Auto mostram a importância do programa como indutor de investimentos no país.

## **Comércio e serviços devem cortar vagas formais**

03/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os dois setores que mais empregam no Brasil não suportaram a pressão da inflação elevada, do aumento dos juros e principalmente da queda na renda e começaram um ajuste rápido em seu contingente de trabalhadores.

Diante da demanda das famílias cada vez mais tímida, comércio e serviços caminham para ter, neste ano, o primeiro corte de vagas formais após mais de uma década sustentando o crescimento do mercado de trabalho do País.



Só o comércio vai fechar mais de 83 mil postos formais, na previsão da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que considera a evolução do varejo ampliado (desde setores tradicionais até veículos e materiais de construção) e do atacado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A entidade não tem uma estimativa fechada para serviços, mas sustenta que a tendência para o setor é até pior. "O impacto é ainda mais forte em serviços porque é mais intensivo em mão de obra", explica o economista da CNC Bruno Fernandes.

Sem escapar da desaceleração da atividade evidente desde o início do ano passado, tanto comércio quanto serviços adiaram por um bom tempo o ajuste no pessoal ocupado. Mas a recuperação cada vez mais distante levou os empresários a uma revisão dos planos.

Desde o fim de 2014, o comércio vem enxugando o quadro de funcionários, movimento reforçado mais recentemente pelos outros serviços - que reúnem justamente os segmentos de serviços pessoais, como cabeleireiro e alimentação, mais sensíveis à renda das famílias.

Apenas em junho deste ano, os dois setores demitiram juntos 209 mil pessoas nas seis principais regiões metropolitanas do País em relação a igual mês do ano passado, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE. O levantamento considera tanto empregos formais quanto informais.

O número representa 70% das dispensas no período.

Em muitos casos, a situação é tão dramática que inviabiliza o negócio. Na cidade do Rio, 1.280 lojas já fecharam nos primeiros cinco meses deste ano, uma alta de 33% em relação a igual período de 2014, segundo levantamento do Sindilojas Rio.

"Considerando a média de funcionários, isso significa entre 13 mil e 20 mil demissões", afirma o presidente da entidade, Aldo Gonçalves. Em todo o Estado, o número de lojas fechadas no período foi ainda maior: 3.290. "Considerando o cenário desfavorável, é mais provável que elas (pessoas demitidas) não tenham conseguido recolocação", acrescenta.

Nem o comércio popular escapa do mau momento. No Saara, tradicional centro de compras no centro carioca, pelo menos 100 lojas estão à venda, algo incomum para a região. "O cenário é muito difícil, e o Rio de Janeiro ainda tem um agravante. A economia é muito voltada para o petróleo.

A queda no preço do petróleo gera menos royalties ao governo, e ainda tem a corrupção na Petrobras", diz Gonçalves. Segundo ele, os escândalos envolvendo a estatal drenaram receitas das prestadoras de serviços, o que deprimiu ainda mais a demanda do comércio local.

Diante do quadro, a sala de homologações na sede do Sindicato dos Empregados do Comércio no Rio de Janeiro (SECRJ) não fica mais vazia. A todo o momento há novos pedidos para ratificar demissões.

Um levantamento feito pela entidade a pedido do Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, mostra que 2.460 pessoas fizeram a solicitação em junho deste ano, avanço de 7,3% em relação a igual mês do ano passado.

Quando levados em conta os pedidos de demissão, o número chega a 3.126, alta de 22%. Em São Paulo, a situação também é ruim, com o fechamento de 57 mil postos ao longo dos últimos meses.

"Nunca tivemos um início de ano tão ruim para o mercado de trabalho do comércio como no ano de 2015", conta o economista Jaime Vasconcellos, assessor econômico da FecomercioSP.

Segundo a entidade, as vendas no comércio paulista já encolheram 4% este ano, e as demissões têm sido a principal maneira encontrada pelos empresários para lidar com a queda na receita e a menor demanda.

Nem as grandes escapam do mau momento da economia. A Via Varejo, dona das Casas Bahia e do Ponto Frio, anunciou há poucos dias que demitiu 4,8 mil pessoas no segundo trimestre deste ano.

As posições foram cortadas em lojas, montadores, centros de distribuição e administrativo, e a empresa não descarta novas reduções de custo. Já o Grupo Pão de Açúcar, dono das bandeiras Pão de Açúcar e Extra, informou que dispensou 7 mil trabalhadores entre abril e junho.

O quadro nos serviços tampouco é alentador. Segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), estabelecimentos com preço médio entre R\$ 30 e R\$ 70 - que concentram um grande número de restaurantes e bares - são os mais afetados, com queda de 20% a 30% do faturamento. Já os mais caros e aqueles com tíquete médio entre R\$ 20 e R\$ 30 registram estabilidade.

Apenas bares e restaurantes que cobram em média R\$ 20 ou menos estão vendo a clientela crescer. "As pessoas estão buscando lugares mais baratos para comer", explica Paulo Solmucci Júnior, presidente da associação.

Com a pressão dos custos e o movimento em baixa, restaurantes e bares em geral reduziram o número de trabalhadores em 4,5% em todo o País no primeiro trimestre deste ano em relação aos últimos três meses de 2014, segundo levantamento da Abrasel.

A alta de custos - principalmente com a energia elétrica, que subiu 42% só neste ano - e a redução no movimento pesam na decisão.

O comércio e os serviços geralmente são os últimos a demitir, mas o ajuste no mercado de trabalho desses setores tende a ser mais rápido, segundo economistas. Isso porque essas atividades são impactadas por um ciclo vicioso - e nada virtuoso.

As dispensas antes concentradas na indústria e na construção diminuíram a demanda e aos poucos recebem reforços do comércio e dos serviços. Com isso, muito mais gente deixa de receber um salário, o que significa consumo ainda mais fraco e maior incentivo para as empresas continuarem com os cortes de pessoal.

"Não há perspectiva de recuperação em 2015 e 2016, até 2017. Enquanto houver retração de vagas formais, o ciclo vai piorar", aponta Vasconcellos, da FecomercioSP. O especialista vê "algum equilíbrio" nas receitas do comércio apenas no segundo semestre de 2017.

## **Economia brasileira enfrenta a recessão mais longa desde a era Collor**

03/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A economia brasileira sofre neste ano seu maior tombo desde 1990, e isso até o Planalto admite. Mais grave é a falta de perspectivas: está ficando difícil vislumbrar de onde e quando virá a recuperação. A atual recessão caminha, assim, para se tornar também a mais longa desde os tempos de Collor.

As projeções pioram a cada semana. Em janeiro, consultorias e bancos ouvidos pelo Banco Central previam, em média, expansão de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e de 1,8% em 2016.

Agora, esperam uma contração de 1,8% e um ligeiro avanço de 0,2%, respectivamente. Alguns já veem queda próxima de 2,5% em 2015 e um novo recuo no ano que vem, adiando para 2017 a retomada do crescimento.

### [INFOGRÁFICO: confira a cronologia da crise e a variação do PIB nos últimos anos](#)

Embora o PIB tenha encerrado o ano passado pouco acima de zero, os resultados trimestrais, quando comparados a períodos equivalentes dos anos anteriores, estão negativos desde o intervalo entre abril e junho de 2014. E a sequência de baixas não será revertida antes do segundo trimestre do ano que vem, segundo a projeção média do mercado.

“É difícil fazer previsão para 2016 porque há muitas fontes de incerteza. Elas vêm da economia e da política internas, com um risco de rebaixamento da nota de crédito do Brasil, e também da economia externa, com bolsa chinesa caindo, a situação da Grécia, o banco central americano pensando em elevar os juros”, diz o economista Paulo Picchetti, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/Ibre).

Picchetti é um dos responsáveis pelo Indicador Antecedente Composto da Economia (Iace), que em junho recuou pelo oitavo mês consecutivo. “A mensagem disso é que não se vislumbra uma reversão de tendência na atividade econômica até o fim do ano. E todas aquelas fontes de incerteza criam uma perspectiva de piora adicional no médio prazo.”

### ***Porta de saída***

A porta de saída da recessão ainda é uma incógnita. Economistas ouvidos pela Gazeta do Povo citaram algumas possibilidades, mais relacionadas a expectativas que a fatos concretos.

Entre elas, uma melhora no cenário externo; uma recuperação da credibilidade do governo e da confiança na economia, o que depende do sucesso do ajuste fiscal; e até uma mobilização do setor público – na União e nos estados – a partir de 2017, com vistas às eleições de 2018.

### ***Pós-Real***

A situação é incomum para um país que, após a estabilização da moeda, se acostumou a sair rápido das crises. Conforme o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), um colegiado de sete economistas, a recessão mais longa do Plano Real durou 16 meses, de outubro de 1997 a fevereiro de 1999, quando a economia nacional sentiu o impacto das crises dos “Tigres Asiáticos” e da Rússia, que por fim detonaram o câmbio fixo brasileiro. As recessões pré-Real duravam bem mais.

A que começou em meados de 1989, em meio à hiperinflação e às primeiras eleições presidenciais diretas desde a redemocratização, durou 30 meses, com a “colaboração” substancial do confisco da poupança, que estancou os fluxos de dinheiro e jogou a economia na ribanceira.

### ***Semelhanças***

Os estragos da crise atual estão longe de igualar os do Plano Collor. Mas chamam atenção algumas semelhanças no campo político, como a campanha por um impeachment da presidente, o escândalo de corrupção nas redondezas do Planalto e a instabilidade nas relações com o Legislativo.

Dos três fatores, o último é o que mais tem afetado a economia. Todas as iniciativas de contenção dos gastos federais foram desidratadas pelo Congresso, com ajuda da própria base governista, o que, somado ao fracasso da arrecadação federal, passa a impressão de que o ajuste fiscal será interminável – ou será revertido por algum tipo de manobra populista. Daí as seguidas quedas na confiança de empresários e consumidores.

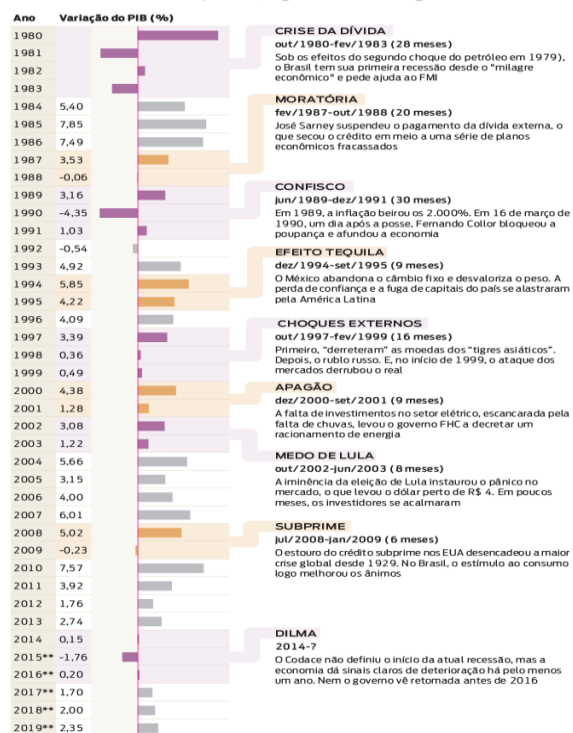
“O país tem uma série de gargalos que dependem da iniciativa do governo para serem resolvidos. Mas o governo está ocupado apagando o incêndio da crise política, até por questão de sobrevivência”, diz Paulo Vicente Alves, professor de Estratégia da Fundação Dom Cabral. “A briga política impede qualquer racionalidade administrativa e de desenvolvimento. E aí trava tudo, prolonga a crise econômica.”

## Duplo mergulho

Se o PIB brasileiro cair em 2015 e 2016, como esperam os mais pessimistas, será o primeiro “duplo mergulho” em 84 anos. A última vez em que isso aconteceu foi no biênio 1930-1931, quando a economia recuou 2,12% e 3,26%, respectivamente, sob os efeitos da Grande Depressão.

### LONGA DURAÇÃO

O país atravessa a sexta recessão desde o início do Plano Real. Ao que tudo indica, ela será a mais longa desse período. Confira abaixo as crises que o Brasil atravessou de 1980 para cá, segundo a metodologia do Codace\*:



### ITO TRIMESTRES DE BAIXA

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB está em queda desde o segundo trimestre de 2014. Foram quatro resultados negativos desde então, e o mercado prevê pelo menos mais quatro até o início de 2016.

Varição do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior



\*O Codace (Comitê de Datção de Ciclos Econômicos) é um colegiado de sete economistas criado em 2009. Para o comitê, “uma recessão é caracterizada por um declínio expressivo de atividade econômica ocorrendo simultaneamente em diversos setores durante alguns meses”. A metodologia, portanto, é diferente da chamada “recessão técnica” (que ocorre quando a economia se retrai por pelo menos dois trimestres consecutivos). Como se vê no gráfico, o Codace identificou a ocorrência de recessões mesmo em anos de PIB positivo.  
\*\*Previsões de bancos e consultorias consultadas no boletim Focus, do Banco Central.  
Fonte: IBGE, Codace, Focus/Banco Central. Infografia: Gazeta do Povo.

## Sucesso em 2008 semeou problemas atuais

O maior ciclo de expansão da economia brasileira desde 1980 ocorreu no governo Lula. Segundo o Codace, foram 61 meses, entre junho de 2003 e julho de 2008. A prosperidade foi interrompida pela crise global, mas a recessão que ela gerou aqui foi breve: durou seis meses, superada com a ajuda de um pacote de estímulo ao consumo.

O entusiasmo do governo ao superar a chamada "marolinha" – sucesso que o incentivou a abrir os cofres públicos para inúmeros "pacotinhos" – alimentou uma série de distorções que explicam parte da atual recessão.

Uma delas é a pesada expansão dos gastos públicos, origem do déficit primário que hoje obriga o governo a cortar o Orçamento, principalmente de investimentos, e a elevar impostos. O descuido com a inflação também cobrou seu preço.

"De 55% a 60% do desempenho atual é explicado por fatores internos, como as políticas adotadas desde o segundo governo Lula e o crescente peso do Estado na economia, relacionado às obrigações impostas pela Constituição", diz Luciano Nakabashi, professor de Economia da USP de Ribeirão Preto. "Os 40% a 45% restantes têm a ver com o cenário externo."

Outro desequilíbrio que se acentuou é o déficit nas transações com o exterior. "Hoje temos um déficit de 4,5% do PIB, e sempre que ele chegou a 4,5% ou 5%, tivemos problemas. Foi assim na década de 80 e fim dos anos 90", diz José Márcio Camargo, economista da Opus Gestão de Recursos e professor da PUC-Rio.

### ***Após passar por todas as crises recentes, Flexiv não resistiu***

O designer e arquiteto Ronaldo Duschenes abriu a Flexiv, fabricante de móveis corporativos, em 1985. Logo no ano seguinte, vieram os planos Cruzado 1 e 2. Em 1987, a moratória da dívida externa. Até 1991, mais quatro planos econômicos fracassados (Bresser, Verão, Collor e Collor 2).

A empresa atravessou as crises dos "Tigres Asiáticos", da Rússia, do apagão, da eleição de Lula e do estouro do subprime. Resistiu a todas. Mas não suportou a queda na demanda de 2014 para cá.

A Flexiv fechou as portas neste ano, dispensando seus 110 funcionários. "Fornecemos ambientes para trabalhar. Precisávamos de crescimento econômico ou empresas dispostas a investir, o que de uma forma ou de outra sempre encontrávamos nas crises anteriores. Mas desta vez foi diferente", conta Duschenes.

Segundo ele, os pedidos começaram a rarear pouco antes da Copa do Mundo. "Os clientes já não queriam pagar mais pela inovação. Passou a valer apenas o preço. Tínhamos que competir com empresas que não tinham estúdio de design nem a mesma preocupação com qualidade e durabilidade."

Duschenes diz que nem cogitou pedir recuperação judicial. "Como as perspectivas eram de uma crise longa, quanto mais tempo a empresa ficasse aberta, maior seria o prejuízo", explica. Otimista, ele diz confiar na recuperação. "Mas vai demorar."

## **Weg quer dobrar participação no mercado em turbinas eólicas**

03/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A fabricante de equipamentos elétricos Weg quer aumentar a lucratividade no negócio de produção de turbinas eólicas para dobrar a participação no mercado, hoje em cerca de 10%, disse o diretor da empresa para o segmento, João Paulo Gualberto.

"Temos um plano de eventualmente chegar a 20% do mercado de aerogeradores do Brasil a partir de 2018, 2019", afirmou o executivo. Mas o plano depende da construção de nova fábrica, decisão atrelada ao sucesso em aumentar as margens no segmento, hoje abaixo das praticadas pela Weg em suas demais atividades, e da demanda nos próximos leilões de energia.

“Nosso objetivo é atingir em 2017 um nível de lucratividade igual ao que o grupo tem nas outras divisões”, disse Gualberto. O executivo explicou que as turbinas eólicas têm um elevado faturamento e, quando geram menos lucro que as demais atividades, prejudicam o resultado.

“Precisamos, antes de dobrar capacidade, ter certeza de que o resultado será melhor do que hoje. Tem melhorado bastante com ações (de corte de custos) e os preços de venda também melhoraram bastante”, apontou o diretor.

A Weg decidiu investir para se tornar uma produtora de equipamentos eólicos em 2010. No ano passado, iniciou a entrega das primeiras máquinas e a previsão é terminar este ano com pouco mais de 200 megawatts instalados.

### **Produção**

As turbinas são produzidas em Santa Catarina, numa fábrica com capacidade de entregar 250 megawatts ao ano, que está com boa parte da capacidade instalada ocupada para os próximos anos.

“Em 2016 temos condições de entregar aerogeradores ainda. E temos carteira completa em 2017 e no primeiro semestre de 2018”, disse Gualberto.

Segundo ele, existem várias negociações em curso, incluindo com investidores que haviam comprado máquinas da argentina Impsa, que pediu recuperação judicial, buscam novos fornecedores.

## **Brasil deve perder 1 milhão de postos de trabalho em 2015, prevê estudo**

03/08/2015 - Fonte: Época Negócios



Com 345 mil postos formais de trabalho extintos nos seis primeiros meses do ano, a economia brasileira deve acelerar a diminuição de empregos no segundo semestre. Segundo estudo do Conselho Federal de Economia (Cofecon) divulgado nesta semana, o país deve encerrar o ano com 1 milhão de vagas com carteira assinada a menos.

Com base no estudo, a entidade recomenda ações de longo prazo para reativar o mercado de trabalho. Para a entidade, os sucessivos reajustes da taxa Selic, juros básicos da economia, estão provocando impacto direto sobre a geração de empregos nos últimos anos. Nos últimos 12 meses, o efeito intensificou-se, resultando na extinção de postos de trabalho.

De acordo com o levantamento, o início do ciclo de elevação dos juros básicos, em abril de 2013, coincidiu com a redução da geração de empregos, conforme as estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgadas pelo Ministério do Trabalho. Naquela época, a Selic estava em 7,25% ao ano, no menor nível da história, e passou a ser reajustada com alguns intervalos de estabilidade, desde então.

A partir do segundo semestre do ano passado, quando o país passou a fechar mais postos de trabalho do que criou, a situação agravou-se. Na época, o Comitê de Política Monetária

do Banco Central (Copom) segurou a taxa básica, deixando para aumentar a Selic somente após o segundo turno das eleições presidenciais.

De lá para cá, foram sete aumentos consecutivos, que elevaram a Selic para 14,25% ao ano, no maior nível desde outubro de 2006.

No segundo semestre do ano passado, o país fechou 176 mil postos de trabalho com carteira assinada. Nos seis primeiros meses deste ano, o fechamento aumentou para 345 mil vagas. Para o Cofecon, a maior extinção de emprego indica que o reajuste da taxa Selic foi maior que o ideal, passando a sufocar a economia.

“Os ajustes de curto prazo da política econômica têm tido reflexo direto nas condições de vida de grande parte da população, concomitante à ausência de um projeto que contemple políticas capazes de pavimentar uma trajetória sustentada de crescimento”, destacou o Cofecon em nota.

Para a entidade, a redução da taxa Selic representa apenas uma parte do processo para revigorar o mercado de trabalho. Entre as outras medidas defendidas pelo Conselho Federal de Economia estão investimentos em infraestrutura, com destaque para a retomada do programa de concessões; simplificação tributária; redução da burocracia; condições favoráveis de crédito a setores que sejam grandes geradores de emprego; além de incentivos à ciência, tecnologia e inovação.

O Cofecon também defende o aumento da competição entre os bancos, com a adoção de medidas que reduzam o spread bancário – diferença entre as taxas pelas quais as instituições captam recursos e as taxas com que emprestam ao consumidor.

O indicador é considerado a principal fonte de lucro dos bancos. “É recomendável a adoção de medidas que reduzam o spread bancário e estimulem a concorrência no setor, na medida em que causa espécie o aumento dos lucros dos bancos em meio à gravidade da atual crise”, destaca o comunicado da entidade.

## **Vendas de veículos novos caem 22,4% em julho**

03/08/2015 - Fonte: Época Negócios



As vendas de veículos novos no Brasil caíram 22,4% em julho - até a última quinta-feira (30) - na comparação com o mesmo mês do ano passado, mostram dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) obtidos pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, com fontes do setor automotivo.

Com o resultado, os emplacamentos acumulam retração de 20,9% em 2015 até agora, recuo maior do que o de 20,7% registrado até junho, o que contraria a expectativa de entidades da indústria automotiva de início de recuperação das vendas no segundo semestre no ano.

De acordo com dados do Renavam, nos 21 primeiros dias úteis de julho, foram emplacados 215,1 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus no País, volume

1,2% superior aos 212,5 mil vendidos em igual período de junho, mas inferior às 277,5 mil unidades licenciadas nos 22 dias úteis de julho do ano passado.

Com isso, de janeiro a julho, as vendas de veículos novos somam 1,534 milhão de unidades, 406 mil unidades a menos do que o total emplacado em igual intervalo de 2014, o equivalente a quase dois meses de vendas, no atual ritmo do mercado.

### **Setores**

O pior desempenho entre os segmentos do setor continua sendo o de pesados. Em julho, foram vendidos 6,2 mil caminhões, quantidade praticamente igual a de junho, mas 46,9% menor do que no mesmo mês do ano passado.

Já os emplacamentos de ônibus caíram no sétimo mês do ano tanto na variação mensal (-5%) quanto na comparação interanual (-38,8%), ao totalizarem 1,39 mil unidades.

A venda de automóveis e comerciais leves, por sua vez, somou 207,5 mil unidades, alta de 1,2% ante junho, porém recuo de 21,2% frente um ano atrás. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

## **Mercedes suspende produção pela 2ª vez em 20 dias**

03/08/2015 - Fonte: Época negócios



A Mercedes-Benz vai interromper toda a produção de caminhões e ônibus na fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, pela segunda vez num prazo de 20 dias. A montadora anunciou ontem (31) que dará licença remunerada aos 7 mil trabalhadores da produção entre os dias 7 e 21.

Esse mesmo grupo de funcionários retornou de férias coletivas de 20 dias na semana passada. A empresa informou ainda que deverá promover demissões a partir de 1º de setembro.

A montadora alega ter 2 mil trabalhadores excedentes, de um total de 10 mil (250 deles já estão em lay-off). Sem detalhar números, afirmou que "está em estudo um ajuste no nosso quadro de colaboradores horistas e mensalistas".

A Mercedes está com um programa de demissão voluntária (PDV) aberto desde o dia 14, com encerramento previsto para daqui duas semanas. Segundo fontes, a adesão, por enquanto, é baixa.

No início do mês, a empresa propôs aos trabalhadores a redução da jornada de trabalho em 20% e dos salários em 10%, por período de um ano.

Em troca, oferecia estabilidade no emprego nesse período. A proposta, contudo, foi rejeitada por 74% dos funcionários.

Em razão da recusa, a empresa não tem planos de aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), anunciado recentemente pelo governo e que prevê a redução da jornada



e dos salários em até 30%, mas 15% dos salários são bancados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

"O PPE já foi rejeitado por nossos trabalhadores", diz o diretor de Comunicação e Relações Institucionais da Mercedes, Luiz Carlos Moraes. Segundo ele, a proposta da empresa seria adaptada ao PPE após sua oficialização.

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, disse que a entidade vai tentar negociar com a empresa uma alternativa aos cortes.

"Reconhecemos o problema de queda na produção, mas precisamos encontrar formas para fazer a travessia até que o mercado volte a melhorar", diz ele, que é funcionário da Mercedes.

Nobre admite, contudo, que a rejeição da proposta que havia sido negociada entre a empresa e o sindicato, da redução de jornada e salários, "deixa a margem de negociação estreita". A entidade pretende procurar a direção da empresa a partir de segunda-feira.

A Mercedes alega que vem adotando, há mais de um ano, medidas como lay-off, PDV, férias coletivas, licença remunerada e semana reduzida de trabalho.

Afirma que, diante da manutenção da forte queda nas vendas de veículos comerciais, e sem outras alternativas no momento para gerenciar o excedente de pessoal, decidiu novamente interromper a produção.

No primeiro semestre, as vendas de caminhões da marca caíram 42,8% em relação ao mesmo período de 2014, para 9,5 mil unidades.

As vendas de ônibus recuaram 14,2%, para 4,8 mil unidades. Em julho, o mercado de veículos comerciais seguiu em queda.

Em um ano, a indústria automobilística demitiu 14,5 mil trabalhadores, dos quais 7,6 mil nos últimos seis meses. Atualmente há quase 7 mil trabalhadores em lay-off (contratos suspensos por até cinco meses).

A General Motors ainda não definiu o que fará com o grupo de 778 funcionários da fábrica de São José dos Campos (SP), que está em lay-off, com retorno previsto para o dia 10. A empresa já manifestou interesse em aderir ao PPE, mas não oficializou a medida.

Em São Bernardo do Campo, pelo menos três empresas de autopeças estão perto de fechar acordo de adesão.

### **Contratações**

Em meio aos anúncios de cortes de produção, na quinta-feira a Toyota anunciou que vai contratar 500 trabalhadores para suas fábricas de São Paulo. Para a fábrica de Sorocaba irão 320 novos funcionários.

Ela produz o compacto Etios e terá a capacidade ampliada de 74 mil para 108 mil unidades ao ano.

A filial de Porto Feliz, que fará motores, será inaugurada no primeiro semestre de 2016 e os 180 funcionários que serão contratados agora vão passar por treinamentos nesse período.

## Indústria se prepara para voltar a exportar

03/08/2015 - Fonte: Época Negócios



Com o câmbio mais favorável e o mercado interno em queda, exportar é uma das poucas alternativas para empresas brasileiras. Há um movimento intenso em vários setores para recuperar mercados perdidos.

A reação ainda não aparece na balança comercial, que aponta queda de 8% nas vendas externas de manufaturados neste ano em relação ao anterior, mas já anima segmentos industriais.

O movimento ainda não será suficiente para reverter o déficit na balança de manufaturados mas, pelas contas da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o saldo negativo será menor este ano.

"Devemos sair de um déficit de US\$ 109 bilhões em 2014 para US\$ 82 bilhões", calcula o presidente da AEB, José Augusto de Castro. "O Brasil ficou muito tempo fora de mercados importantes, como Estados Unidos, e o retorno não é imediato."

Várias empresas, contudo, já estão se beneficiando da desvalorização do real, de 28% até agora, além do desempenho favorável do mercado americano e de economias dolarizadas.

Há dez anos, a fabricante de ônibus Marcopolo perdeu um importante cliente externo, o Oriente Médio, para onde mandava 1 mil veículos por ano. A empresa chegou a desenvolver ônibus especiais para a região, com teto removível para transportar peregrinos a Meca, na Arábia Saudita, que precisam sentir o sol na cabeça.

Nos últimos anos, perdeu os contratos para grupos asiáticos. Agora, com o movimento oposto do dólar, a Marcopolo conseguiu um primeiro pedido de 20 ônibus para Omã. "O volume ainda é pequeno, mas é significativo voltar a esse mercado", diz Ricardo Portolan, gerente de exportações. "É um sinal concreto de retomada."

No auge do comércio internacional, a Marcopolo exportava 6 mil ônibus por ano, volume que caiu para 2 mil em 2014. Com a melhora cambial, Portolan aposta em crescimento de 10% a 20% neste ano. No primeiro semestre, a empresa já exportou 12% a mais que em 2014.

Para Portolan, o dólar a R\$ 3,20 ajuda mas, nesse patamar, a recuperação será mais lenta, com crescimento anual de 10% a 20% nas exportações. A R\$ 3,50, o aumento atingiria 30% a 40%.

"É um valor que pode compensar a inflação alta e custos de infraestrutura e logística que oneram nosso produto."

A fabricante de móveis Artefama exportava 100% de sua produção para os EUA e Europa. A partir de 2008, ao perder clientela externa, focou também o mercado interno, que passou a responder por 30% da produção. O dólar atraente levou a empresa a voltar a correr atrás de clientes que havia perdido e as exportações cresceram 25% neste ano, para US\$ 12 milhões.

"Tivemos de investir R\$ 5 milhões em maquinário de corte de madeira", informa Angelo Luiz Duvoisin, superintendente da Artefama, com fábrica em São Bento do Sul (SC).

A Treboll, outra fabricante de móveis em Flores da Cunha (RS), exporta 80% da produção e deve vender 20% a mais neste ano. "Com dólar a R\$ 3,20, R\$ 3,30 dá para ganhar dinheiro", diz o diretor financeiro, Alberto Peliciolli.

Até o ano passado, vários clientes foram mantidos "no sacrifício, com prejuízos". As vendas caíram, mas agora ocorre uma "retomada forte". A principal cliente é a rede de varejo Marks & Spencer.

Com o aumento da demanda, a Treboll teve dificuldades em entregar pedidos e pagou US\$ 22 mil em multa por atraso. "Este ano estamos com a produção toda tomada", diz Peliciolli.

A empresa está investindo US\$ 1 milhão em modernização, centro de usinagem e área de pintura. Foram contratados 25 funcionários e o quadro hoje é de 285 pessoas.

Margem  
"Hoje temos margem de negociação e estamos prospectando novos clientes e procurando clientes do passado", diz Renato Bitter, diretor da Savyon, fabricante de tecidos.

Até 2005, 70% da produção no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, era exportada, fatia que hoje é de 30%. O objetivo é elevar para 50% em dois anos. Os maiores clientes são EUA, Canadá e Alemanha.

O câmbio deu novo ânimo a uma leva de empresas do setor têxtil. Pesquisa feita em julho pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) mostra que 85% das empresas consultadas querem retomar ou iniciar exportações. No fim de 2014 esse percentual era de 50%.

Segundo José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, o câmbio é importante, mas, sem inovação, exportar é difícil. "E inovar leva pelo menos dois anos, por isso quem está conseguindo exportar são empresas que já estão preparadas."

A fabricante de pastilhas de freios Federal Mogul aumentou em 31% o volume de exportações no primeiro semestre e conquistou clientes em três novos mercados - Chile, Paraguai e Uruguai. "Estamos buscando outros mercados na América do Sul pois os preços voltaram a ser atrativos", diz o diretor-geral José Roberto Alves.

"Neste momento só nos resta atacar a exportação, pois não há o que fazer para aumentar os volumes internos", diz Odair Renosto, presidente da indústria de máquinas Caterpillar.

A dificuldade, diz ele, "é que competimos com países que também estão desvalorizando suas moedas, mas não têm inflação tão alta, além de aumentos de custos com energia, matéria-prima e mão de obra".

Uma das medidas que a Caterpillar adotou para reduzir custos logísticos foi exportar produtos em contêineres e não mais pelo sistema roll-on roll-off.

"Há navios de contêineres partindo semanalmente do Brasil para os EUA, enquanto a frequência de navios roll-on roll-off é a cada 15 dias." Com isso, um dos gastos cortados é com armazenagem.

## Manufatura sem papel é tendência na Indústria 4.0

03/08/2015 - Fonte: CIMM

O detalhamento costuma ser uma parte demorada na execução de projetos de manufatura. Em um cenário bastante comum, um projetista demoraria cerca de um dia para concluir um projeto (em 3D) e poderia levar até três dias para concluir os detalhes, que serão levados à fábrica em projetos 2D impressos.

Enquanto hoje, as principais etapas do projeto já são feitas em 3D, o detalhamento ainda é realizado, em muitos casos, no modelo 2D, o inverso da evolução do design. Além dessa inversão (3D/2D) e o tempo gasto no processo, as impressões de todo o projeto e do detalhamento de todas as arestas não condizem com a proposta sustentável de "paperless", outra tendência nas empresas e indústrias, cada vez mais focadas em produtividade *versus* eficiência energética e sustentabilidade.

O engenheiro de aplicação da [SKA](#), Luiz Gonçalves, explica que o conceito de Manufatura sem Papel é uma tendência que vem sendo adotada por empresas que almejam a indústria 4.0. Ele explica que a aplicação do conceito pode reduzir até 50% do "timing" da produção, além de facilitar a comunicação técnica entre engenharia e produção.

"Todas as informações que o projetista deveria criar novamente, um detalhamento ou um desenho detalhado em 2D, ele pode reaproveitar com as informações que colocou no rascunho", diz. Gonçalves aponta ainda outras duas problemáticas que são extintas na Manufatura sem Papel: interpretação e informações faltantes no detalhamento.

Esses pontos e o conceito Manufatura sem Papel foram explorados no último dia 23 através de um Webinar realizado pela empresa. No evento online, já disponível em vídeo (abaixo), o engenheiro explica o conceito aplicado na prática durante todo o processo de uma engenharia.

### Solução

Como ferramenta base para trabalhar a Manufatura sem Papel a SKA fortalece o produto da Dassault Systèmes, o SolidWorks Model Based Definition (MBD). O MBD contém todas as informações referentes ao processo de manufatura, sendo assim, na prática, a essa ferramenta propõe reduzir o tempo de detalhamento.

Gonçalves ressalta a praticidade da ferramenta especialmente para projetos de montagem. Nesse caso, o operador pode ver da tela de um computador ou *tablet* todos os detalhes em 3D das peças e dos encaixes, tornando muito mais dinâmica a comunicação técnica.

Nesse ponto, a empresa reforça a solução completa de otimização no processo de manufatura e na comunicação entre engenharia e produção. Gonçalves explica que além da ferramenta da SolidWorks, a SKA oferece a solução completa, juntamente com o Terminal Industrial da NC Systems.

O terminal é propício para ambientes industriais agressivos, realizando tarefas de coleta de dados automática (sensoriamento) e manual, transmissão de programas NC (DNC) e proporcionando acesso a informações de manufatura (Paperless).

### Eventos futuros

A SKA promoverá, a partir de outubro, eventos em várias cidades do País para apresentar as novidades do SolidWorks 2016. As datas serão divulgadas em breve na editoria de Eventos do Portal CIM.

## **Honda diz que nova fábrica no Brasil iniciará produção depois do esperado**

03/08/2015 - Fonte: CIMM

O vice-presidente-executivo da Honda Motor, Tetsuo Iwamura, disse que a nova fábrica de automóveis da companhia no Brasil iniciará a produção em março do ano que vem, pouco depois do plano original da companhia, que previa o começo da produção em 2015.

Iwamura também disse que as vendas da montadora na China estão fortes e que espera atingir a meta de vendas anual de 950 mil carros.

## **Resultado da Honda cresce 16,4% no 1º trimestre fiscal**

03/08/2015 - Fonte: Automotive Business

A Honda melhorou em 16,4% seu lucro operacional no primeiro trimestre do ano fiscal iniciado em abril. O resultado da companhia chegou a 239.2 bilhões de ienes, cerca de US\$ 1,92 bilhão. As receitas somaram 3,704.7 bilhões de ienes, em torno de US\$ 30,2 bilhões, com alta de 15,5% em relação ao mesmo período de 2014.

A companhia admite que sente os efeitos do aumento de custos causado pelo recall de 10 milhões de veículos equipados com airbags defeituosos da Takata. Ainda assim, fatores positivos contribuíram para a boa performance.

Um deles é a desvalorização do iene em relação ao dólar. O fortalecimento das vendas na América do Norte também foi importante para o resultado positivo. A empresa sentiu ainda os reflexos do esforço para reduzir custos internos e a produção do HR-V em alguns mercados, incluindo o Brasil.

As vendas de veículos da fabricante aumentaram 4,9% no primeiro trimestre do ano fiscal, somando 1,14 milhões de unidades. A projeção da companhia para este ano fiscal permaneceu a mesma. A expectativa é de crescimento de 3,1% no lucro líquido, que pode chegar a 525 bilhões de ienes, ou US\$ 4,23 bilhões.

## **Economia terá retração de 1,80% em 2015, diz a pesquisa Focus**

03/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Mais uma vez o mercado financeiro revisou para baixo suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015. A expectativa de retração de 1,76% no Relatório de Mercado Focus foi substituída por uma queda de 1,80% agora. O documento é divulgado pelo Banco Central toda segunda-feira (3) pela manhã. Há um mês, a mediana das previsões estava negativa em 1,50%.

A perspectiva de recuperação da atividade no ano que vem também segue debilitada. Ficou em 0,20% nesta segunda-feira, mesmo número da semana anterior. Um mês antes estava em 0,50%.

O BC, apesar de também ter revisado para pior sua projeção, de queda de 0,6% para retração de 1,1%, segue mais otimista que o mercado. No Relatório Trimestral de Inflação de junho, a instituição informou que a mudança ocorreu em função de piora nas perspectivas para a indústria, cuja expectativa de PIB recuou de -2,3% para -3,0%.

### ***Indústria***

Segundo o BC, essa piora foi influenciada por impactos das reduções projetadas para a indústria de transformação, de -3,4% para -6%, e para a produção e distribuição de eletricidade, água e gás, de -1,4% para -5,6%, refletindo cenário de aumento da

participação de termoeletricas na oferta de energia e de redução do consumo de água no primeiro trimestre do ano. Para o setor de serviços, a autoridade monetária, que até março via uma ligeira expansão de 0,1% em 2015, passou a projetar queda de 0,8%.

No boletim Focus de hoje, a projeção para a produção industrial, no entanto, foi mantida em baixa de 5,00%. Essa previsão segue estável há três semanas. Quatro edições da pesquisa atrás, a mediana das previsões para o setor fabril era de uma retração de 4,72%. Já para 2016, a mediana das estimativas segue em alta de 1,30% – um mês antes era 1,35%.

Para a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, a projeção dos analistas é a de que deve encerrar 2015 em 37,00%, como já apontado na semana passada. Em 2016, a projeção é de 38,50%.

Há quatro semanas, as medianas das previsões para esse indicador eram de, respectivamente, 37,30% e 38,05%.

### **Importadora de MAN e VWCO investe R\$ 100 milhões em sede no Chile**

03/08/2015 - Fonte: Automotive Business



A importadora oficial das marcas Volkswagen Caminhões e Ônibus e MAN no Chile, a Porsche Chile, investe o equivalente a R\$ 100 milhões em sua nova sede no País. Localizada na capital Santiago, a concessionária abriga áreas para os serviços de vendas e pós-venda e tem inauguração prevista para outubro deste ano.

Com um terreno total de 50 mil metros quadrados, são 7,5 mil metros quadrados de área construída nesta primeira etapa e que chegarão a 10 mil quando as instalações estiverem operando em plena capacidade.

A unidade contará com modernos equipamentos para serviços de assistência técnica, desde diagnósticos a manutenção preventiva, e também com centro de treinamento e ambiente para demonstração dos veículos.

“Esta ampliação fortalecerá nossa marca no país, além de conquistar novos nichos de mercado. Com certeza, vamos superar as expectativas dos nossos clientes para que possamos continuar crescendo nos mercados latino-americanos”, diz Ricardo Albuquerque, gerente executivo de vendas internacionais da MAN Latin America.

“Este é um grande investimento que muitos qualificaram como arriscada devido ao momento econômico, mas entendemos que é um trabalho de longo prazo, que está em linha com a estratégia global do grupo.

Esta nova unidade marca o início de um grande futuro para todos os clientes da MAN e Volkswagen Caminhões e Ônibus em nosso país”, comemora Patricio Abrigo, gerente de caminhões e ônibus Volkswagen da Porsche Chile.

## **BMW pode se juntar à Apple para produzir carros elétricos**

03/08/2015 - Fonte: Exame



A BMW deu sinais de que deseja produzir mais carros elétricos além do i3 num futuro próximo. E a Apple pode ser a parceira ideal para os novos projetos.

A afirmação veio do próprio chefe executivo da companhia, Harald Krueger, que em uma entrevista para o jornal alemão Frankfurter Allgemeine Sonntagszeitung confirmou que a BMW estaria em contato com grandes empresas de tecnologia para falar sobre carros conectados, incluindo a Apple.

Isso porque, quando questionado se a BMW produziria novos modelos, o diretor afirmou que "entre o i3 e i8 ainda há espaço, se observarmos do ponto de vista dos números". No entanto, Krueger disse que não pode dar mais detalhes sobre o assunto no momento.

A Apple já havia dado sinais de que tem interesse em usar o i3 como base para seu modelo de carro elétrico em seu projeto misterioso chamado "Titan".

Na semana passada, inclusive, a agência de notícias Reuters informou que a empresa da maçã e a fabricante de automóveis voltaram a conversar sobre uma possível parceria.

## **Venda de mina de US\$ 600 mi por US\$ 1 mostra ruína do carvão**

03/08/2015 - Fonte: Exame



A força destrutiva do desmoronamento dos preços do carvão em todo o mundo foi evidenciada pela venda, por apenas um dólar, de uma mina que tinha sido avaliada em 860 milhões de dólares australianos (US\$ 631 milhões) há três anos.

A companhia mineradora brasileira Vale SA e a Sumitomo Corp., do Japão, venderam a mina de carvão para coque de Isaac Plains, na Austrália, à Stanmore Coal Ltd., disse a empresa com sede em Brisbane, em um comunicado na quinta-feira.

A Sumitomo comprou uma participação de 50 por cento por 430 milhões de dólares australianos em 2012.

A queda do preço do carvão para coque, utilizado na fabricação de aço, levou a commodity para o valor mais baixo em uma década. Isso está forçando o fechamento de minas no mundo inteiro e levando alguns produtores à falência.

A Alpha Natural Resources Inc., a maior produtora dos EUA, planeja entrar com um pedido de concordata em Virgínia já na segunda-feira, disseram três fontes com conhecimento direto do assunto. A empresa foi avaliada em US\$ 7,3 bilhões em 2008.

A Isaac Plains, no estado de Queensland, "foi um dos projetos mais entusiasmantes de carvão na Austrália", disseram analistas da Investec Plc em uma nota nesta sexta-feira. A mina tem 30 milhões de toneladas, segundo a Stanmore.

"A perspectiva está muito complicada para o carvão", disse Roger Downey, diretor executivo para fertilizantes e carvão da Vale, na quinta-feira, depois que a Stanmore anunciou a venda.

"Mesmo na Austrália, observamos minas que continuam no vermelho, e isso tem que mudar em algum momento. Temos mercados bastante adversos e desafiadores".

A ruína do carvão faz parte de uma queda mais generalizada dos preços das commodities, que despencaram neste mês para o menor valor em treze anos.

### **Reativar a produção**

A produção da Isaac Plains começou em 2006 e continuou até 2014, quando a mina foi fechada. Seu pico de produção foi de 2,8 milhões de toneladas por ano, e o carvão era vendido a siderúrgicas do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan.

A Stanmore disse que arcaria com os 32 milhões de dólares australianos em custos de reabilitação associados à mina.

A companhia pretende reativar a produção em Isaac Plains com uma proporção menor. Ela observa sinergias "relevantes" com seu depósito adjacente Wotonga, adquirido há pouco e ainda inexplorado.

A empresa também obteve um empréstimo de US\$ 42 milhões do Taurus Mining Finance Fund que ajudará a financiar a reativação da mina.

O fechamento de Isaac Plains e de Integra Coal, outra mina que foi desativada na Austrália no ano passado, provocou uma redução de 7,2 por cento no total da produção de carvão da Vale no primeiro semestre de 2015.

A baixa contábil foi de US\$ 343 milhões nos ativos australianos de carvão, parte das depreciações totais de US\$ 1,15 bilhão no ano passado, disse a Vale no dia 26 de fevereiro.

## **Focus piora estimativa para PIB e inflação em 2015**

03/08/2015 - Fonte: Época



Economistas de instituições financeiras pioraram novamente suas projeções para a inflação e a atividade econômica neste ano, mas mantiveram as estimativas para esses fundamentos no ano que vem, mostrou nesta segunda-feira a pesquisa Focus do Banco Central.



O levantamento continuou mostrando que a taxa básica de juros deve fechar o ano nos atuais 14,25 por cento, após o Banco Central elevar na semana passada a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual e sinalizar o fim do ciclo de aperto monetário.

Os mercados de juros futuros já se ajustaram à decisão, embutindo a manutenção da Selic nesse patamar entre a reunião de setembro e meados do ano que vem.

A pesquisa Focus continuou mostrando que a taxa básica de juros deve cair a 12,00 por cento ao fim de 2016.

A autoridade monetária tem enfatizado que seu objetivo é trazer a inflação ao centro da meta -de 4,5 por cento pelo IPCA-- ao fim do ano que vem.

A projeção dos economistas para a alta do IPCA no ano que vem ficou estável em 5,40 por cento.

Isso significa que o IPCA permaneceria acima do centro da meta mesmo com a perspectiva de crescimento de apenas 0,20 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), igual à projeção da semana anterior.

Para o PIB neste ano, economistas pioraram a projeção pela terceira semana seguida, prevendo recuo de 1,80 por cento, ante 1,76 por cento.

No mês passado, o governo reduziu suas metas fiscais para este e os próximos dois anos, abrindo inclusive a possibilidade de déficit primário neste ano.

O governo argumentou que estava se ajustando à queda da arrecadação em meio à atividade fraca, mas analistas viram sinais de arrefecimento dos esforços fiscais.

Pouco depois, a agência de classificação de risco Standard & Poor's piorou a perspectiva da nota "BBB-" do Brasil para "negativa" ante "estável", indicando que o país pode perder seu grau de investimento.

Outro tema que tem atraído a atenção é o câmbio, após o dólar saltar 10 por cento em relação ao real em julho e fechar na máxima em 12 anos. O Focus mostrou piora da previsão de fechamento do dólar no ano, para 3,35 reais, ante 3,25 reais na semana anterior.

## **Como separar sua empresa de sua vida financeira pessoal?**

03/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Em tempos de crises e demissões, os sonhos de se tornar o próprio patrão ganha força. Uma pesquisa feita pelo Data Popular no final de junho mostrou que o número de brasileiros que querem se tornar empreendedores cresceu 22% em dois anos.

Em 2013, 23 de cada cem pessoas declaravam interesse pelo empreendedorismo. Neste, de cada cem pessoas ouvidas, 28 dizem que querem ter o próprio negócio. Em números absolutos, a pesquisa mostrou que 38,5 milhões de pessoas no país com mais de 18 anos têm a intenção de empreender em 2015.

Outros pontos interessantes que apareceram no estudo foram: 78% das pessoas que têm intenção de empreender já se preparam para abrir o seu negócio; 38% já pesquisam a área que desejam; 28% economizam dinheiro para o investimento, e 12% estão se aperfeiçoando em cursos e estudos.

Segundo o mesmo estudo, os principais motivos que levaram os brasileiros a ter interesse em abrir o próprio negócio são a possibilidade de ganhar mais, a possibilidade de crescer profissionalmente e a oportunidade de não possuir chefe.

Entendemos que os números apresentados são muito bem-vindos para a economia do país. Mas de nada adianta, nem para o empreendedor, nem para o país, se o empreendedor abrir o negócio e ele quebrar na sequência.

Um dos erros fatais cometidos pelos novos empresários é o de não separar o dinheiro da empresa dos seus recursos pessoais. Isso desorganiza o balanço da empresa, impede investimentos, prejudica a identificação de gastos em excesso e, definitivamente, expõe a empresa a uma crise financeira.

Por isso, o ideal é que o dono sempre estabeleça um pró-labore, uma remuneração pelo trabalho de administrar a empresa. Vejamos os principais passos:

1. Você pode estabelecer o pró-labore fixo e uma porcentagem sobre as metas atingidas. Assim, a remuneração ficará mais justa. Porém, é recomendável estabelecer um teto, ou seja, um valor máximo que a sua empresa deve pagar a você.
2. Por lei, não há valor mínimo nem máximo para o pró-labore, mas o INSS sugere que o proprietário do negócio garanta pelo menos um salário mínimo para si.
3. O pró-labore e as eventuais comissões devem ser sempre transferidos para uma conta pessoal, que deve ser administrada separadamente da conta da empresa.
4. Jamais utilize o dinheiro da empresa para pagar suas contas pessoais.

## **Banco do Brasil antecipa linha de 13º salário para microempresas**

03/08/2015 - Fonte: Diário do Comércio

O Banco do Brasil coloca à disposição para as microempresas uma linha que permite o financiamento de até 100% do 13º salário dos funcionários.

Normalmente, esse tipo de crédito - que dá oportunidade às companhias de cumprir as obrigações trabalhistas com os encargos sociais sem comprometer o fluxo de caixa - é oferecido pelos bancos em setembro. O BB optou, porém, antecipar para julho para impulsionar o produto.

"Queremos dar mais tempo para que as empresas façam o planejamento financeiro. Também oportunidade para conseguir crédito para adquirir produtos e insumos", diz o diretor de Micro e Pequenas Empresas do BB, Ilton Luís Schwaab.

As contratações podem ser feitas desde sexta-feira até o fim de dezembro. Podem pegar o empréstimo empresa de qualquer porte, inclusive microempreendedores individuais - a lei permite que os MEIs contratem até um funcionário. Antes, a linha estava limitada às empresas com faturamento de até R\$ 25 milhões por ano.

De acordo com Schwaab, 110 mil pequenos negócios já estão com a linha pré-aprovada. O BB tem atualmente cerca de 700 mil clientes com esse perfil. No ano passado, o banco desembolsou R\$ 2 bilhões em 87 mil operações, com tíquete médio de R\$ 23 mil.

A taxa de juros dessa linha começa em 2,34% ao mês mais TR e depende do tipo de relacionamento da empresa com o banco. Se o pagamento das prestações for feito em dia, a taxa cai para 2,10% ao ano.

O BB dá carência de até três meses para o pagamento da primeira parcela do crédito, com mais 59 dias de carência opcional.

Além das garantias admitidas pelo banco, é possível também que a caução seja do Fundo de Garantia de Operações (FGO).

## **Pela 1ª vez, financiamento de carro usado 'jovem' ultrapassa o de zero**

03/08/2015 - Fonte: Em.com



A crise não derrubou só as vendas do setor automotivo, mas também mudou os hábitos de consumo de quem ainda está disposto a fazer uma dívida para comprar um veículo.

Pela primeira vez desde 2011 (início da série histórica), os carros com quatro a oito anos de uso passaram os novos nos financiamentos, segundo um levantamento da central de depósitos de ativos e títulos Cetip para o Estado.

No primeiro semestre, os "usados jovens" responderam por 35,51% dos financiamentos, ou 752,1 mil unidades, enquanto os novos representaram 35,1% do total. A vantagem, ainda que por margens estreitas, começou a ganhar impulso na virada do ano, com a volta da cobrança integral do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os veículos zero-quilômetro.

"O mercado de novos teve benefícios fiscais e de crédito enormes de 2010 para cá, mas isso acabou", diz Marcus Lavorato, gerente de Relações Institucionais da Unidade de Financiamentos da Cetip. Ele pondera que, mais do que uma franca expansão dos usados, o resultado mostra uma volta à normalidade do mercado.

Agora, o consumidor que precisa trocar de veículo olha para o tamanho da parcela do novo e acaba migrando para o usado. "Um veículo de 2010, por exemplo, foi fabricado ainda no contexto do IPI reduzido.

Logo, tem um preço ainda mais competitivo em relação ao novo", diz Lavorato. Para Vitor Meizikas, analista da consultoria Molicar, outra questão que influencia é o fato de o veículo novo ter um preço mais rígido e com menos margem de barganha do que o usado.

O presidente da Fenabrave, associação que representa as concessionárias, Alarico Assumpção Junior, diz que há também evidências de que há menos seminovos na praça. "Grande parte dos donos dos seminovos não quer trocar de carro. Logo, cai o estoque desses veículos e o consumidor parte para unidades mais velhas", afirma.

### **Custos**

As taxas de juros para aquisição de veículos variam entre 0,80% e 4,1% ao mês, segundo dados do Banco Central. O levantamento não separa as taxas por idade dos veículos, mas, segundo especialistas, o juro do usado é maior do que o do novo. Assim, o consumidor precisa levar em conta que o financiamento vai pesar mais no bolso.

"A possibilidade de retomar um veículo usado e conseguir um bom preço em leilão é menor do que no novo, então os bancos e financeiras embutem isso na taxa de juros", afirma Paulo Roberto Garbossa, consultor da ADK Automotive.

O comprador ainda precisa ficar atento ao fato de que modelos muito procurados, como hatchs, sedãs e utilitários esportivos (SUVs), podem ter o preço inflado pela demanda. O preço médio de um Honda Civic 1.8 manual 2011, por exemplo, aumentou 2,4% de abril a julho deste ano, e hoje está em R\$ 41 mil, segundo dados da consultoria Molicar. Meizikas afirma que foi justamente a partir do segundo trimestre que a preferência dos compradores pelos usados começou a ficar mais clara.

### **Seguro**

O preço do seguro também deve entrar na lista de itens a serem considerados pelo comprador. Em veículos populares, por exemplo, costuma sair mais em conta contratar um seguro para os carros de "segunda mão".

Uma simulação da corretora Minuto Seguros mostra que a diferença pode superar os 50% entre um veículo novo e outro com oito anos de uso. É o caso do Fiesta 1.6 nos anos 2007 e 2015, cujos preços dos seguros ficam, respectivamente, em R\$ 1.672,27 a R\$ 2.527,50.

Analistas do setor, contudo, dizem que a idade do veículo não é o único fator a determinar o valor do seguro. Índice de roubo e quilometragem são informações que também entram na análise. No fim das contas, o custo do seguro pode aumentar ou a seguradora pode até mesmo recusar o contrato.

### **Consumidor terá de desembolsar R\$ 5,50 a mais a cada 100kW usados**

03/08/2015 - Fonte: Correio Braziliense

A cobrança extra nas faturas de energia vai continuar em agosto, e os consumidores terão que desembolsar um adicional de R\$ 5,50 a cada 100 quilowatts (kW) consumidos. Como a média de consumo no país é de 150kW, os brasileiros pagarão R\$ 8,25 a mais na conta.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou ontem que a bandeira tarifária vai permanecer vermelha em agosto, como tem ocorrido desde o início do ano, quando o sistema entrou em vigor. Para os consumidores do Amazonas, o reajuste vai chegar a 6% porque a cobrança das bandeiras começa hoje e será retroativa em três meses.

#### [Leia mais notícias em Economia](#)

O modelo de bandeiras tarifárias permite o acréscimo de um valor extra na conta de luz de acordo com o custo de geração de energia elétrica. Quando a cor é verde, significa que os custos foram baixos, e não há cobrança extra.

Com bandeira amarela, há acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100kW consumidos. Na sinalização vermelha, é cobrado o valor máximo, de R\$ 5,50 para 100kW, por causa do uso intenso de energia de usinas termelétricas, que é mais cara do que a gerada por hidrelétricas.

A bandeira vermelha está em vigor desde o início do ano, devido à falta de chuvas, que reduziu o volume dos reservatórios das principais hidrelétricas do país. Com isso, todas as termelétricas disponíveis estão ligadas, mesmo que os reservatórios tenham melhorado. Como os combustíveis usados nas termelétricas são óleo e gás, o custo para produzir eletricidade é muito maior.

O Amazonas, estado do ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, não estava dentro do sistema de bandeiras, mas, em maio, a Aneel determinou a inclusão de todos os municípios a partir de agosto.

Além da tarifa adicional proporcional ao consumo mensal, serão cobrados três meses de tarifa retroativa. O valor será parcelado até janeiro de 2016. O principal argumento para o estado não ter sido cobrado antes é que recebe apenas 10% da capacidade da linha de transmissão do Linhão de Tucuruí. O resto, o Amazonas consome da geração de usinas termelétricas.

## **MP cobra que CSN cumpra acordo ambiental com instituto Chico Mendes**

03/08/2015 - Fonte: G1

O Ministério Público Federal (MPF) propôs uma ação judicial para obrigar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a cumprir um acordo firmado com o Instituto Chico Mendes.

Segundo o procurador da República, Júlio José Araújo Júnior, a empresa deveria construir uma sede administrativa e um centro de estudos de biodiversidade na Floresta da Cicuta, em Volta Redonda, RJ.

"Esse acordo foi assinado em 2008. Em 2008 já se tinha colocado um prazo de 240 dias. Foi prorrogado em 2011 para 90 dias, mas desde então, já está ultrapassado esse prazo.

O MPF pediu à Justiça que determine que essas medidas sejam cumpridas, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 20 mil. Esperamos que o judiciário determine logo que esse cumprimento ocorra", explicou.

Procurada pela produção do RJTV, a assessoria de imprensa da CSN emitiu uma nota informando que a empresa não foi intimada sobre o caso. Afirmou também que vai buscar soluções para que as medidas sejam cumpridas.

## **Mineradora vende participação na MBR por R\$ 4 bilhões**

03/08/2015 - Fonte: G1

A Vale guardou para o dia da divulgação do seu balanço do segundo trimestre a confirmação de mais dois passos do seu programa de venda de ativos iniciado em 2011. A companhia anunciou ontem a venda, por R\$ 4 bilhões, de uma fatia minoritária da Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) e a conclusão da alienação de quatro navios do tipo Very Large Ore Carriers (VLOCs) para a China Merchants Energy Shipping por US\$ 448 milhões.

O anúncio dos dois negócios levou o presidente da Vale, Murilo Ferreira, a afirmar, durante teleconferência, que o programa de venda de ativos da companhia está "muito perto da conclusão", embora ainda haja algumas operações no radar, como a venda de participações na Mineração Rio do Norte (MRN), que produz bauxita na região Norte do país, e na MRS Logística.

O executivo disse ainda que há uma outra operação possível, ainda sigilosa: "Mas não posso contar porque vocês estão muito curiosos", respondeu Ferreira ao ser indagado em teleconferência com analistas.

Entre os negócios anunciados está a venda de ações preferenciais representativas de 36,4% do capital social da MBR para o Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus II, cujas cotas são detidas pelo Banco Bradesco BBI.

A Vale é proprietária, direta e indiretamente, de 98,3% do capital total da MBR e, após a conclusão da operação, a mineradora será proprietária, direta e indiretamente, de 61,9%

do capital total e 98,3% do capital ordinário da MBR. A Vale também deterá uma opção de compra das Ações do FIP Plus II.

A MBR possui ativos para produção, transporte e embarque portuário do minério de ferro, que operam de forma integrada ao Sistema Sul e foram responsáveis pela produção de cerca de 65 milhões de toneladas no ano passado.

Dentre os ativos detidos pela MBR estão também o Terminal Marítimo de Ilha Guaíba e uma participação de 32.9% na MRS Logística S.A. (MRS). Os ativos da MBR estão arrendados à Vale até 2037.

Pelo contrato de arrendamento, a Vale é responsável por toda a operação e comercialização do minério de ferro produzido nos ativos arrendados, bem como pelo pagamento do valor do arrendamento à MBR, que é devido trimestralmente e é baseado no volume de produção de minério e no preço médio do minério de ferro praticado no mercado internacional no trimestre de referência. Por sua vez, a MBR é responsável por prover os recursos necessários à realização do plano de investimentos acordado entre as partes.

Ferreira fez questão de frisar que o acordo envolveu cinco entidades, em um processo de concorrência e garante uma opção, e não uma obrigação, de recompra por parte da Vale, no período de três a dez anos.

"A MBR continua exposta ao preço do minério de ferro. O investidor não vai fazer nenhuma pressão no caixa da Vale, já que não possui em seu poder a capacidade de solicitar à Vale a recompra das ações", disse.

O FIP Multisetorial Plus II vai fazer jus a dividendos advindos do resultado desse contrato. Ferreira ressaltou que não existem dividendos obrigatórios nessa transação, mas apenas aqueles devidos pelo resultado da MBR.

Já a transação dos quatro navios para a China Merchant tem relação com acordos assinados em setembro de 2014 e maio de 2015. A Vale receberá o dinheiro quando houver a entrega dos navios o que está previsto para setembro deste ano.

## **Aumento da tributação direta: o caminho para um Brasil menos desigual**

03/08/2015 - Fonte: Portal Contábil

Proposta de reforma tributária formulada pelo Sindicato dos Economistas de São Paulo (Sindecon-SP) defende a diminuição de tributos indiretos para chegar a uma arrecadação mais justa no Brasil.

Estudo é divulgado em meio a debates de unificação do ICMS e criação, no último dia 22, de uma comissão especial na Câmara dos Deputados para analisar a questão tributária do país.

Para os autores da proposta, a cobrança de impostos no Brasil é uma das mais injustas do mundo. "Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), as pessoas que recebem até dois salários mínimos despendem 53,9% do que ganham pagando tributos e as que recebem mais de 30 salários mínimos, 29%", afirma o Sindecon-SP.

Na visão de Odilon Guedes, coordenador do grupo que elaborou o texto, isso acontece porque aproximadamente 50% da carga tributária do país provém de tributos indiretos, ligados ao consumo.

“Um exemplo: 40% do que pagamos em uma televisão corresponde a tributos. De uma TV que custa R\$ 2 mil, todos pagarão um imposto de R\$800,00, não importa se a pessoa recebe mil ou 30 mil reais por mês. Isso não está certo”, opina.

Para sanar essas injustiças, o sindicato propõe uma reforma espelhada nos modelos adotados por Inglaterra e Alemanha, nos quais quem tem mais dinheiro paga mais tributos. “Diminuindo os tributos indiretos, a tendência é baratear a mercadoria. Isso favorece as empresas e ajuda a combater a inflação. Mas, para compensar essa perda de receitas, seria necessário aumentar os tributos diretos.”, argumenta.

O primeiro ajuste proposto seria relativo ao Imposto de Renda. No Brasil, a alíquota máxima desse imposto incide sobre uma renda relativamente baixa. Assim, o Sindecon-SP propõe isenção para quem ganha até um salário mínimo necessário estipulado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (em junho o salário mínimo nominal estava em R\$788,00 e o necessário, em R\$ 3.299,66) e, a partir desse patamar, alíquotas de 8% de diferença, chegando ao máximo de 40%.

Já no que se refere ao Imposto sobre Herança, o sindicato sugere federalizar sua aplicação, que atualmente é de competência estadual, e aumentar suas alíquotas progressivamente, até 30%.

Odilon exemplifica a ideia através de um exemplo de peso: “Quando a princesa Diana morreu na Inglaterra, ela deixou US\$ 30 milhões para seus filhos e o governo cobrou 50% desse valor em impostos.” Por fim, a proposta ainda pede maior rigor na fiscalização das declarações do Imposto Territorial Rural e a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas.

A iniciativa do Sindecon-SP já conta com o apoio do Sindecon-RJ, da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e da Associação dos Docentes da Universidade Federal do ABC (ADFABC).

O objetivo da proposta, no entanto, é ser levada a debate popular antes de apresentada a governantes. “À medida que esteja mais difundida na sociedade, iremos encaminhá-la à Câmara Federal”, explica

## 'A Dilma tem de enfrentar o panelaço que lhe cabe'

03/08/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A grande “tragédia” de 2015 na economia não é a provável repetição de um déficit fiscal do governo, mas a transformação do ajuste fiscal numa obsessão. “O ajuste fiscal é uma miragem. Sempre que parece que nos aproximamos dele, ele escapa e fica mais distante. Foi o que aconteceu no primeiro semestre.

Essa obsessão é uma tragédia porque não há ajuste fiscal sem crescimento”, afirmou o economista Antônio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento. “É preciso devolver à sociedade a perspectiva do crescimento”, disse ele em entrevista concedida ao **Estado** em seu escritório em São Paulo.

Ministro da Fazenda entre 1966 e 1974 e do Planejamento entre 1979 e 1985, Delfim Netto, hoje com 87 anos, afirma que o governo Dilma perdeu “completamente sua credibilidade” depois de manobras contábeis, como as “pedaladas fiscais”, e isso dificulta que medidas importantes, como o plano de concessões de logística ao setor privado, sejam levadas a sério.



Retomada: para o ex-ministro Delfim Netto, é preciso devolver à sociedade a perspectiva de crescimento da economia

Conselheiro econômico do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem mantém contato até hoje, Delfim é considerado, há mais de 50 anos, uma referência no pensamento econômico brasileiro, por transitar entre os dois grupos que se opõem: os desenvolvimentistas, encarnados pelo ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, e pelo atual ministro Nelson Barbosa; e os liberais ortodoxos, cujo representante mais ilustre hoje é o atual ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Na entrevista, Delfim é direto ao atacar a política econômica da presidente Dilma Rousseff, de quem está afastado há cerca de dois anos. O economista destila críticas duras ao governo federal.

Apesar desse posicionamento, Delfim avaliou como “golpe” o possível impeachment da presidente por causa das “pedaladas fiscais” encontradas nas contas federais de 2014. “As pedaladas ocorreram. Mas elas sempre ocorreram, mesmo antes de FHC. Tirá-la por conta disso é golpe.” A seguir, os principais trechos da entrevista.

**O governo, desde o primeiro dia do ano, só fala em ajuste fiscal. Mas mesmo depois de aumentar impostos, restringir benefícios sociais e cortar gastos, o resultado só piora. O que acontece?**

A rigor, o ajuste fiscal nunca foi feito no Brasil. À medida que há sucesso econômico, nenhum presidente faz ajuste fiscal. O Sarney fez lá seu ajuste, numa situação bem delicada, sem poder e sem nada. Depois, Collor fez uma abertura comercial bem apressada, mas com efeito positivo para a produtividade. O Itamar é que é um grande injustiçado. Ele fez superávits primários de 6% do PIB (Produto Interno Bruto) e acumulou reservas para poder viabilizar o Plano Real, que realmente foi brilhante, especialmente pela transparência. O governo na época soube explicar para a população



cada passo que foi dado. O primeiro mandato do Fernando (Henrique Cardoso) foi de déficits primários. Quando o Brasil quebrou, em 1998, e veio o FMI (Fundo Monetário Internacional), é que o quadro melhorou um pouco. Sob Lula, o primeiro mandato teve um superávit primário um pouquinho maior, depois foi diminuindo. O ajuste fiscal nunca foi feito, na prática.

### **E o quadro piorou em 2014?**

O Ministério da Fazenda foi para a fogueira para garantir a eleição de 2014. Existem documentos da Secretaria de Política Econômica (SPE) mostrando para onde estava indo a economia. Guido (Mantega) e (Márcio) Holland (ex-secretário de Política Econômica) sabiam disso. Mas isso foi apenas o final do processo. No fundo, as coisas estão se desarrumando há muito tempo.

### **Desde quando que o quadro foi piorando?**

Dilma fez um resultado fiscal forte no primeiro ano (2011), mas a partir de 2012 as coisas foram mudando. Há um ponto de inflexão: dezembro de 2012. Ali fizeram um ato de alquimia, transformando dívida pública em resultado primário. Foi uma porcaria para cobrir porcaria ainda maior.

### **E o governo nunca mais saiu dessa ciranda na área fiscal no primeiro mandato, não é?**

A partir daí, o governo foi se enrolando. Agora chegamos na situação de hoje porque, além de tudo isso, 2014 foi uma política deliberada para se reeleger. O equívoco é que ela (Dilma) pensou que se reelegeria e haveria tempo de arrumar tudo para voltar a vencer as eleições em 2018. A estratégia falhou.

### **E agora?**

Pois é... Dilma, quando tomou posse para o segundo mandato, precisou fazer uma correção de rota. Mas ela foi incapaz de reconhecer sua herança. Assim, perdeu completamente credibilidade. Isso coincidiu com um ganho de protagonismo do Legislativo. O Legislativo 'predou' o Executivo e continuará fazendo isso. Além disso, parece que todo mundo hoje esqueceu o que as pessoas fazem na hora de crise. Uma empresa em dificuldade não paga imposto porque sabe que em algum momento virá um novo Refis. Depois, ela demite o trabalhador. Era natural que a receita caísse mais depressa do que o PIB.

### **O governo tentou equilibrar isso neste ano, com aumentos de impostos e medidas para diminuir gastos, certo?**

Sim, e todas essas medidas já estavam prontas no primeiro mandato. Essas medidas de seguro-desemprego, de abono salarial, tudo isso estava sendo preparado pelo próprio governo para ser colocado em prática agora. Agora, é preciso ter um ajuste estrutural.

### **O governo fala em uma meta fiscal de apenas 0,15% do PIB.**

Quando o governo deixa a porta aberta para abater outros R\$ 16 bilhões dessa meta, ele está dizendo que caminhamos para um déficit de 0,3% do PIB. Não é algo pequeno, mas

também não é uma tragédia. A tragédia é ter transformado o ajuste fiscal em uma obsessão. O ajuste fiscal é uma miragem. Sempre que se está chegando perto dele, ele escapa e fica distante. É preciso devolver à sociedade a perspectiva de crescimento.

### **Como fazer isso?**

No câmbio ocorre o movimento correto (a desvalorização). O programa de concessões é ótimo, muito bem feito, assim como o Plano Safra e o programa de exportações. Mas nada disso teve a menor a repercussão. Como o governo perdeu a credibilidade, esses três programas, que são bons mesmo, não tiveram repercussão. Ninguém leva a sério nada que o governo fala e ele está cometendo um erro: não vai recuperar credibilidade com marketing.

Precisa dar demonstração clara que tem maioria, que com ela vai produzir coisas importantes, como a reforma do ICMS, a simplificação do PIS/Cofins e também propostas da velha CUT, que é dar liberdade de negociação entre sindicato e empresa. Não há nada no Brasil que atrase mais o crescimento do que o fato de que nenhuma empresa sabe hoje qual é exatamente seu passivo trabalhista.

As tolices que foram ditas sobre a terceirização mostram que o debate não tem mais cérebro, só fígado. Outra coisa: precisamos estabelecer uma idade mínima para as aposentadorias. O governo precisa fazer a guerra de uma vez só: vai à televisão e defende essa medida, explica suas razões e desmonta mitos.

### **Depois de quase cinco anos de governo, esse não parece ser o estilo Dilma de governar...**

É preciso dar para as pessoas uma perspectiva de crescimento. Sem isso... olha, crescimento e credibilidade são dois lados da mesma moeda. Sem credibilidade não há crescimento, o que afunda ainda mais a confiança e a credibilidade e assim entra numa espiral para baixo. Por outro lado, o crescimento aumenta a credibilidade, que empurra mais o crescimento e assim por diante. Ninguém fica no ponto morto: ou engata a primeira ou a marcha à ré vem sozinha.

### **E então?**

Estamos caminhando para uma queda de 2,3% a 2,4% do PIB e quando todo mundo espera isso, a expectativa se realiza. Dilma é absolutamente honesta. Na parte administrativa pode ter lá seus problemas, mas ela é honesta.

O problema é que ela perdeu o respeito da sociedade por causa do cavalo de pau que deu na economia. Veja bem: ela ganhou a reeleição com um pouquinho mais de um terço dos votos. Um pouco menos de um terço foi para o Aécio (Neves, PSDB), e um terço não votou em ninguém. Esse terço final não entende segundo turno e, por isso, esse pessoal deve ficar de "segunda época", de recuperação mesmo, para voltar em 2018 e aprender a votar.

Segundo turno a gente vota no menos pior. Mas, enfim, Dilma começou esse mandato com apenas um terço dos eleitores realmente com ela. Quando ela fez o cavalo de pau na economia, os eleitores dela foram perdidos. Ela precisa agora assumir o protagonismo, tem de enfrentar o pannelo que lhe cabe, ir à televisão e justificar suas medidas. Não

acredito nessa coisa de palanque, isso é pregar para convertido, e para cada vez menos convertidos. Ela precisa realmente enfrentar as coisas. No momento em que houver esperança de que haverá crescimento, tudo isso muda, economia é expectativa.

### **Neste mês, o governo vai enfrentar o delicado julgamento de suas contas no TCU, que inclui as pedaladas fiscais. O que o sr. acha disso?**

Qualquer solução fora do regime fiscal institucional, qualquer violação é condenável. Já devíamos ter aprendido isso. Não gosto do que está acontecendo. Que fique claro: houve pedalada, isso é indiscutível. Mas usar as pedaladas para fazer impeachment é golpe. Governo patinar por três anos é melhor do que isso. Achar que isso vai ser igual ao que foi com Collor... não será. As pedaladas vêm desde antes do Fernando (FHC). Todas as contas federais contam com práticas assim.

### **Indústria acredita ter tocado fundo do poço, mas ainda não vê reação**

03/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

Embora alguns setores tenham notado pequena melhora em relação a junho, relatos de associações industriais ouvidas pelo Valor reforçam a análise de economistas de que não houve virada da atividade na passagem do primeiro para o segundo semestre.

A percepção geral é que o fundo do poço já foi atingido no confronto com o mês anterior, mas mesmo assim os sinais são de que julho foi mais um período negativo em vendas e produção na comparação com igual mês de 2014, tendência que deve ser mantida até o fim do ano.

Um indício positivo foi a alta de 1,5% da confiança da indústria medida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) na passagem de junho para o mês passado, depois de cinco quedas seguidas. No entanto, o superintendente-adjunto para ciclos econômicos da instituição, Aloisio Campelo, avaliou que a pouca disseminação do avanço e o nível ainda deprimido do indicador (69,1 pontos) impedem que o resultado seja visto como um ponto de virada.

O presidente do Instituto Nacional de Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, afirma que as principais indústrias que puxam as vendas - automobilística, máquinas e equipamentos e construção civil - ainda estão muito estocadas e, por isso, nenhuma delas mostrou reação.

"Enquanto os estoques não se normalizarem, não vemos chances de melhorar nossas vendas", diz Loureiro, que trabalha com estabilidade da distribuição de aços planos em julho sobre o mês anterior. Esse resultado, no entanto, significaria uma queda relevante ante o sétimo mês do ano passado, na ordem de 30%.

Pelo histórico do setor, julho costuma ser mais aquecido do que junho, mas, neste ano, as vendas devem ficar estáveis na passagem mensal, mesmo com a incidência de três dias úteis a mais. Para Loureiro, o ano caminha para um recuo mais forte que a previsão atual do Inda de 12%, e só é possível esperar reação mais expressiva a partir do segundo semestre de 2016.

Outro bom termômetro da atividade industrial, a expedição de papelão ondulado deve ter crescido cerca de 4% de junho para julho, afirma Sergio Ribas, diretor da Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO), mas recuado 2% a 2,5% sobre julho de 2014. Na comparação anual, as vendas de papelão subiram 1,3% em junho, mas Ribas ressalta que junho do ano passado foi atipicamente fraco em função da Copa do Mundo.

Segundo Ribas, a queda de 2,5% nas vendas de caixas, acessórios e chapas de papelão esperada para 2015 é mais leve do que a retração a ser vista em outros segmentos porque boa parte da expedição está associada às indústrias alimentícia e de bebidas.

"Se fosse só pelo setor de bens duráveis, a queda seria maior". Na avaliação do empresário, o segundo semestre deve mostrar desempenho melhor do que o primeiro, em linha com a sazonalidade, mas não superior ao de julho a dezembro de 2014.

Essa também é a análise de Walter Cover, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), para quem julho a produção deve ter ficado estável ante julho do ano passado, mas já com alguma sinalização de mudança em relação ao quadro muito negativo do primeiro semestre.

Para Cover, o reinício das obras da terceira fase do Minha Casa, Minha Vida, uma recuperação um pouco mais rápida do varejo e o dólar alto devem ajudar o tombo de 7% das vendas de janeiro a junho diminuir para uma queda de 3% a 4% até dezembro.

Fornecedora de diversas cadeias, a indústria química ainda não tem dados de junho, mas a percepção é que o mês passado acentuou a tendência de queda observada até maio, diz Fátima Giovanna Ferreira, diretora de economia da Abiquim, associação que reúne as empresas do setor.

Fátima explica que julho geralmente é um mês mais fraco e, pelo padrão do setor químico, as encomendas começam a ficar mais firmes em agosto. Como, porém, indústrias importantes seguem com a demanda em baixa, as empresas associadas estão em um momento de indefinição. "Esperaríamos alguma estabilidade em julho na comparação com igual mês do ano passado, mas não vimos sinais de reação."

No Polo Industrial de Manaus, por enquanto, a retomada no segundo semestre está somente no campo das expectativas, diz Wilson Périco, presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), uma vez que julho não trouxe nenhum indício de reversão. "Esperamos uma melhora por conta das festas de fim de ano, mas até isso é uma incerteza hoje", avalia Périco.

O empresário relata que os segmentos de duas rodas e de televisores já vinham sofrendo há algum tempo, mas a tendência negativa também se espalhou para o setor de celulares e tablets em junho.

"Todas as empresas estão estocadas e a maioria adotou férias coletivas antes de demitir", aponta Périco, que contabiliza cerca de 20 mil dispensas no polo somente no primeiro semestre. Caso a demanda não reaja, ele não descarta novas demissões.

As perspectivas do setor têxtil também são pouco animadoras. Pesquisa da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) com as empresas associadas aponta que 60,3% delas preveem vendas abaixo do normal em julho, e 12,3%, "muito abaixo do normal".

Ainda é cedo para concluir que todo o segundo semestre terá essa tônica, diz o presidente da Abit, Rafael Cervone, mas o único alento no cenário é o câmbio mais desvalorizado, que permite elevar exportações e substituir importados por produção doméstica. "Estamos discutindo essa ação com o varejo, mas falta previsibilidade sobre para onde vai a economia."

Para os fabricantes de calçados, a Franca - feira que ocorreu em São Paulo entre os dias 6 e 9 de julho e lançou a coleção primavera-verão de mais de 800 marcas - foi uma

injeção de ânimo diante das expectativas mais tímidas dos empresários, conta Heitor Klein, presidente da associação que reúne as empresas do setor (Abicalçados).

O evento, na visão de Klein, confirmou a percepção de que as vendas externas vão voltar a crescer, mas ainda há preocupação com o nível de consumo doméstico. "Não acredito que teremos recuperação em relação ao segundo semestre do ano passado, mas se ficarmos no mesmo nível já vai ser bom."

Mais pessimista e sentindo há mais tempo o reflexo da perda de dinamismo da indústria, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza, tem a impressão de que o período de julho a dezembro pode ser mais difícil do que os primeiros seis meses do ano.

"Todo mundo está protelando ou cancelando investimentos", conta Pastoriza, que também vê no processo de substituição de importações a única saída para o setor no curto prazo. No primeiro semestre, o faturamento líquido das empresas associadas ficou 6,5% abaixo do registrado de janeiro a junho de 2014.

## **PARANÁ – Decreto nº 1.933/2015 – Cadastro Informativo Estadual - CADIN**

03/08/2015 - Fonte: GSGA.com

O Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 18.466, publicada no Diário Oficial do Estado (D.O.E.) de 27/04/2015, regulamentada pelo Decreto nº 1.933, publicada na D.O.E. de 21/07/2015, instituiu o Cadastro Informativo Estadual (Cadin Estadual), que conterà as pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Estado do Paraná, incluindo as empresas públicas e de economia mista nas quais o Estado seja majoritário.

De acordo com o art. 2.º do Decreto nº 1.933/15, serão consideradas pendências passíveis de inclusão no Cadin Estadual:

- i. as obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, tais como:
  - a) tributos, contribuições e taxas;
  - b) débitos para com empresas públicas e de economia mista nas quais o Estado seja majoritário, autarquias e fundações;
  - c) preços públicos;
  - d) multas tributárias e não tributárias, inclusive as de trânsito no âmbito de competência do Estado;
  - e) outros débitos de qualquer natureza para com os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Estado do Paraná.
- ii. a ausência da prestação de contas, exigível em razão de disposição legal ou cláusulas de convênio, de acordo ou de contrato.

No prazo de até dez dias da inadimplência, as pendências passíveis de registro serão informadas à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), por meio eletrônico. A comunicação ao devedor de que seu nome será incluído no Cadin Estadual será feita por via postal ou por meio eletrônico pela SEFA, no prazo de cinco dias do recebimento dos dados, considerando-se entregue 15 (quinze) dias após a respectiva postagem ou envio.

A comunicação por via postal será realizada mediante carta comum, no endereço cadastrado na Receita Federal do Brasil. Contudo, existindo endereço de e-mail informado nas bases de dados do Estado do Paraná, será utilizada preferencialmente a comunicação

eletrônica.

A inclusão no Cadin Estadual, da pendência não regularizada, far-se-á 45 (quarenta e cinco) dias após a respectiva postagem ou envio da comunicação ao devedor.

Os dados constantes no Cadin Estadual poderão ser consultados por meio do endereço eletrônico [www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br).

As pessoas físicas e jurídicas com registro no Cadin Estadual estarão impedidas de realizar com os órgãos e as entidades da administração estadual os seguintes atos:

- I. celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros da administração estadual;
- II. repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;
- III. concessão de auxílios e subvenções;
- IV. concessão de incentivos fiscais e financeiros;
- V. expedição de alvarás de licença, de autorização especial, ou de quaisquer outros tipos de alvarás, licenças, permissões ou autorizações decorrentes do Poder de Polícia Estadual;
- VI. liberação de créditos oriundos do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, de que trata a Lei n. 18.451, de 6 de abril de 2015.
- VII. Segundo o Decreto nº 1.933/15, a inexistência de registro no Cadin Estadual não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem dispensa a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos, o que, no entanto, contraria a previsão constante do art. 9º da Lei nº 18.466/15. Este último dispositivo reconhece a regularidade fiscal em tais hipóteses.

Vale destacar, por fim, que o Decreto nº 1.933/15 **produzirá efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.**